



ACADEMIA MILITAR

A Aplicabilidade do Policiamento Orientado pelas Informações na GNR

**Autor: Aspirante de Infantaria da GNR David Miguel Fernandes
Martins**

Orientador: Capitão de Infantaria da GNR Bruno Miguel Passos Baraças

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
Lisboa, agosto de 2013**



ACADEMIA MILITAR

A Aplicabilidade do Policiamento Orientado pelas Informações na GNR

**Autor: Aspirante de Infantaria da GNR David Miguel Fernandes
Martins**

Orientador: Capitão de Infantaria da GNR Bruno Miguel Passos Baraças

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
Lisboa, agosto de 2013**

Dedicatória

Aos meus pais, irmãos e namorada.

Agradecimentos

A concretização deste trabalho só foi possível graças ao contributo de diversas pessoas, pelo que não poderia deixar de realçar o meu profundo agradecimento a todas elas.

Ao Capitão Bruno Miguel Passos Baraças, meu orientador, em virtude da sua vasta experiência que tem vindo a adquirir enquanto Oficial da Guarda, pela forma assertiva da sua orientação. Um enorme agradecimento pela disponibilidade demonstrada, pela forma dedicada e exigente com que me orientou o trabalho.

Ao Diretor dos Cursos da Guarda Nacional Republicana, Tenente-coronel Pedro Moleirinho por toda a disponibilidade demonstrada e preocupação no planeamento e elaboração do Trabalho de Investigação Aplicada.

À Professora Doutora Manuela Sarmento, pelo tempo despendido e pelo apoio na construção e validação dos inquéritos por questionário.

Ao Professor Doutor Ricardo Oliveira pela revisão do *abstract*.

A todos os Oficiais da Guarda Nacional Republicana que colaboraram para a realização do trabalho, nomeadamente no preenchimento dos questionários.

Uma palavra de agradecimento a todos os Oficiais do Comando Territorial de Viseu, em especial ao Capitão de Infantaria Tiago Pombo, por todo o conhecimento transmitido, ao longo do período de estágio, contribuindo para o meu enriquecimento pessoal e profissional.

Ao 18º TPO, pelo apoio ao longo dos últimos cinco anos, pela camaradagem e espírito de entreajuda que os caracterizam.

À Lília Silva, Sandrina Andrade e Sílvia Coutinho, pelo seu apoio e pelo tempo despendido na revisão do trabalho.

Agradeço ainda, àqueles cujo nome não se encontra presente mas que de forma direta ou indireta contribuíram para a concretização desta etapa.

A todos vós o meu obrigado!

Resumo

O presente relatório, intitulado “A aplicabilidade do Policiamento Orientado pelas Informações na GNR”, é um estudo que tem como finalidade avaliar a aplicabilidade do modelo no seio da GNR e identificar possíveis mais-valias do modelo.

A presente investigação iniciou-se com um enquadramento teórico, seguido de uma pesquisa bibliográfica, onde se elencaram conceitos fundamentais que servem de base de enquadramento do tema em análise. O trabalho de campo teve por base a aplicação de inquéritos por questionário.

A GNR, face aos novos modos de atuação dos criminosos, deverá reformular o seu modo de fazer polícia. As características e modo de funcionamento do Policiamento Orientado pelas Informações assente na proatividade e precisão, constitui-se como uma evolução natural aos programas e modelos já desenvolvidos.

Com este trabalho conclui-se que a GNR apresenta potencialidades de aplicabilidade do modelo. As estruturas orgânicas já existentes, como é o caso da Secção de Operações Informações Treino e Relações Públicas e Secção de Investigação Criminal, contribuem para o desenvolvimento do mesmo, uma vez que, desempenham funções primordiais do Policiamento Orientado pelas Informações. Estas funções possibilitam a realização de uma melhor e racional alocação de recursos, no que diz respeito ao esforço do policiamento, por parte dos Comandantes de Destacamento Territorial. Desta forma, aliadas a estruturas tecnológicas como o SGO, SIIOP e SIG-SIRESP, estruturas estas capazes de produzir e difundir informação por todo o dispositivo, contribui-se para o desenvolvimento de uma atuação policial proativa de combate à criminalidade.

Para melhor tirar proveito das mais-valias do modelo em estudo, a GNR deverá melhorar algumas áreas, de destacar, a formação na área das informações.

Aperfeiçoando os modelos de policiamento e programas especiais já desenvolvidos pela GNR, aliados ao melhoramento das áreas descritas, a GNR continuará a prestar um serviço público de qualidade ao cidadão.

Palavras-chave: Policiamento, Informações, Alocação de recursos, Tomada de decisão.

Abstract

This report, entitled "The applicability of Intelligence-led Policing in the GNR", is a study that aims to evaluate the model's applicability in the GNR and to identify the model's potential gains.

This investigation began with a theoretical framework, followed by literature research, where the fundamental concepts supporting the subject's framework were delineated. Field work consisted on the application of questionnaire surveys.

In order to understand the criminals' new ways of operating, GNR must also develop a new way of policing. The characteristics and the operation methods of Intelligence-led Policing, based on proactivity and accuracy, assumes a natural improvement of the programs and models already developed.

With this work, we conclude that the GNR model has its strengths to be applied. Existing organizational structures like the Training, Information, Operations and Public Relations Section, and the Criminal Investigation Section, contribute to the GNR model's development, as they play an essential role in Intelligence-led Policing.

These functions enable the realization of a better and more rational distribution of resources, as far as policing efforts by the Territorial detachment commanders is concerned. Therefore, along with the technological structures such as the SGO, SIIOP and SIG-SIRESP, these structures can produce and disseminate information through the workforce, thus helping to develop proactive policing actions to fight crime.

In order to maximize the benefits of the model under study, GNR should improve some areas, primarily in intelligence training.

With the enhancement of the police models and special programs already developed by GNR, along with the improvement of the described areas, GNR will continue to provide an excellent public service to citizens.

Keywords: Police, intelligence, resource allocation, decision-making.

Índice Geral

Dedicatória	ii
Agradecimentos.....	iii
Resumo	iv
Abstract	v
Índice Geral.....	vi
Índice de figuras.....	ix
Índice de quadros/tabelas	x
Lista de Apêndices e de Anexos	xii
Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos.....	xiii
 Parte 1 – Teórica	 1
Capítulo 1 - Introdução.....	1
1.1. Introdução.....	1
1.2. Enquadramento da investigação	1
1.3. Importância da investigação e justificação do tema	2
1.4. Pergunta de partida e perguntas derivadas	2
1.5. Objetivos de investigação.....	3
1.6. Hipóteses de investigação	3
1.7. Metodologia adotada.....	4
1.8. Estrutura do trabalho de investigação aplicada	5
 Capítulo 2 – A Segurança e a Polícia.....	 6
2.1. Introdução.....	6

2.2. O conceito de Segurança e o papel da Polícia	6
2.3. O Policiamento de Proximidade	7
Capítulo 3 – As Informações.....	10
3.1. Introdução.....	10
3.2. O conceito de Informações	10
3.3. O Ciclo da produção das Informações	11
3.4. O papel das Informações na tomada de decisão	14
Capítulo 4 – O Policiamento Orientado pelas Informações	15
4.1. Introdução.....	15
4.2. A origem do modelo	15
4.3. O Policiamento Orientado pelas Informações	16
4.4. Caracterização do modelo	18
4.5. Parâmetros de aplicabilidade do modelo.....	20
Capítulo 5 – A estrutura organizacional das Informações e o papel das Tecnologias de Informação e Comunicação	22
5.1. Introdução.....	22
5.2. A estrutura Organizacional das Informações na GNR.....	22
5.3. As novas Tecnologias de Informação e Comunicação	23
Parte 2 – Parte Prática.....	25
Capítulo 6 – Trabalho de Campo	25
6.1. Introdução.....	25
6.2. Metodologia do trabalho de campo.....	25
6.3. Procedimentos e técnicas.....	26
6.4. Observação Direta.....	27

6.5. Investigação Inquéritos por questionário	28
6.5. 1. Caracterização da amostra dos Inquéritos por questionário	28
6.6. Métodos utilizados	29
6.7. Síntese	29
Capítulo 7 – Apresentação, Análise e Discussão dos resultados.....	30
7.1. Introdução.....	30
7.2. Apresentação, análise e discussão do Inquérito por questionário	30
7.2.1. Caracterização dos Inquiridos.....	30
7.2.2. Análise e discussão dos resultados das respostas dos inquiridos.....	32
Capítulo 8 - Conclusões e Recomendações	51
8.1. Introdução.....	51
8.2. Verificação das Hipóteses	51
8.3. Resposta à pergunta de partida e derivadas	52
8.4. Reflexões Finais.....	53
8.5. Limitações	54
8.6. Investigações Futuras	55
Referências Bibliográficas	56
Apêndices	1
Apêndice A.....	2
Apêndice B	3
Apêndice C.....	21
Anexos	22
Anexo A	23
Anexo B	24
Anexo C	25

Índice de figuras

Figura 1 - Metodologia adotada.....	4
Figura 2 - Ciclo da produção das Informações - Modelo Tradicional.....	11
Figura 3 - Ciclo da produção das Informações - Nova abordagem.....	12
Figura 4 - Funcionamento do Policiamento Orientado pelas Informações.....	19
Figura 5 - Distribuição do nível etário da amostra.....	31
Figura 6 - Distribuição do género em %.....	31
Figura 7 - Distribuição das funções da amostra em %.....	31
Figura 8 - Distribuição do Posto da amostra em %.....	31
Figura 9 - Distribuição das habilitações da amostra em %.....	32
Figura 10 - Distribuição da familiarização do tema em %.....	32
Figura 11 - Distribuição do grau de conhecimento em %.....	33
Figura 12 - Frequência do local de obtenção de conhecimento.....	33
Figura 13 - Fórmula para cálculo de uma amostra numa população finita.....	2
Figura 14 - Gráfico de perfis de todas as variáveis.....	19
Figura 15 - Estrutura organizacional adaptada da GNR.....	21

Índice de tabelas e quadros

Tabela 1 - Frequência, % e estatística descritiva das respostas à afirmação nº1	35
Tabela 2 - Frequência, % e estatística descritiva das respostas à afirmação nº2.....	35
Tabela 3 - Frequência, % e estatística descritiva das respostas à afirmação nº3.....	36
Tabela 4 - Frequência, % e estatística descritiva das respostas à afirmação nº4.....	36
Tabela 5 - Frequência, % e estatística descritiva das respostas à afirmação nº5.....	37
Tabela 6 - Frequência, % e estatística descritiva das respostas à afirmação nº6.....	37
Tabela 7 - Frequência, % e estatística descritiva das respostas à afirmação nº7.....	38
Tabela 8 - Frequência, % e estatística descritiva das respostas à afirmação nº8.....	38
Tabela 9 - Frequência, % e estatística descritiva das respostas à afirmação nº9.....	39
Tabela 10 - Frequência, % e estatística descritiva das respostas à afirmação nº10	39
Tabela 11 - Frequência, % e estatística descritiva das respostas à afirmação nº11	40
Tabela 12 - Frequência, % e estatística descritiva das respostas à afirmação nº12	40
Tabela 13 - Frequência, % e estatística descritiva das respostas à afirmação nº13	41
Tabela 14 - Frequência, % e estatística descritiva das respostas à afirmação nº14.....	41
Tabela 15 - Frequência, % e estatística descritiva das respostas à afirmação nº15	42
Tabela 16 - Frequência, % e estatística descritiva das respostas à afirmação nº16.....	42
Tabela 17 - Frequência, % e estatística descritiva das respostas à afirmação nº17	43
Tabela 18 - Frequência, % e estatística descritiva das respostas à afirmação nº18.....	43
Tabela 19 - Frequência, % e estatística descritiva das respostas à afirmação nº19	44
Tabela 20 - Frequência, % e estatística descritiva das respostas à afirmação nº20	44
Tabela 21 - Frequência, % e estatística descritiva das respostas à afirmação nº21	45
Tabela 22 - Frequência, % e estatística descritiva das respostas à afirmação nº22	45
Tabela 23 - Frequência, % e estatística descritiva das respostas à afirmação nº23	46
Tabela 24 - Frequência, % e estatística descritiva das respostas à afirmação nº24	46
Tabela 25 - Frequência, % e estatística descritiva das respostas à afirmação nº25	47
Tabela 26 - Frequência, % e estatística descritiva das respostas à afirmação nº26	48
Tabela 27 - Correlação de <i>Pearson</i> entre as variáveis relevantes	49
Tabela 28 - Análise da aplicabilidade do POI.....	50

Tabela 29 - Frequência e percentagem de respostas à pergunta nº1.....	14
Tabela 30 - Frequência e percentagem de respostas à pergunta nº2.....	14
Tabela 31 - Frequência e percentagem de respostas à pergunta nº3.....	15
Tabela 32 - Frequência e percentagem de respostas à pergunta nº4.....	15
Tabela 33 - Frequência e percentagem de respostas à pergunta nº5.....	16
Tabela 34 - Frequência e percentagem de respostas à pergunta nº6.....	16
Tabela 35 - Frequência e percentagem de respostas à pergunta nº7.....	17
Tabela 36 - Frequência e percentagem de respostas à pergunta nº8.....	17
Tabela 37 - Teste de Alfa de Cronbach.....	18
Tabela 38 - Correlação linear de <i>Pearson</i> entre as variáveis	20
 Quadro 1- Processo do Policiamento Orientado para a Resolução de Problemas.....	 9
Quadro 2 - Caracterização das várias fases	13
Quadro 3 - Comparação dos modelos	21
Quadro 4 - Escala de níveis do inquérito	34

Lista de Apêndices e de Anexos

Apêndices

Apêndice A	Determinação da dimensão da amostra
Apêndice B	Inquéritos
Apêndice B.1	Introdução aos Inquéritos por questionário
Apêndice B.2	Questionário Teste
Apêndice B.3	Questionário Final
Apêndice B.4	Resultados do questionário - Caracterização dos inquiridos
Apêndice B.5	Caracterização dos inquiridos no grupo I do questionário
Apêndice B.6	Caracterização dos inquiridos no grupo II do questionário
Apêndice C	Estrutura organizacional da GNR adaptada

Anexos

Anexo A	Lei de Segurança Interna
Anexo B	Lei de Organização de Investigação Criminal
Anexo C	Lei nº73/2009 de 12 de Agosto

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

art.º	Artigo
CO	Comando Operacional
DI	Direção de Informações
FFSS	Forças e Serviços de Segurança
GIOE	Grupo de Intervenção de Operações Especiais
GNR	Guarda Nacional Republicana
H	Hipótese
NEP	Norma de Execução Permanente
<i>NJSP</i>	<i>New Jersey State Police</i>
NCCV	Núcleo de Combate ao Crime Violento
OPC	Órgão de Polícia Criminal
p.	Página
PD	Pergunta Derivada
PDE	Publicação Doutrinária do Exército
PIIC	Plataforma de Intercâmbio de Informação Criminal
POI	Policamento Orientado pelas Informações
RSS	<i>Really Simple Syndication</i>
séc.	Século
SGO	Sistema de Gestão Operacional
SIC	Secção de Investigação Criminal
SIIOP	Sistema Integrado de Informações Operacionais Policiais
SIRESP	Sistema Integrado de Redes de Emergência de Segurança e Portugal
SOITRP	Secção de Operações Informações Treino e Relações Públicas
SPSS	<i>Statistical Package for the Social Sciences</i>
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TPO	Tirocínio para Oficiais
UAF	Unidade de Acção Fiscal
UCC	Unidade de Controlo Costeiro
UI	Unidade de Intervenção
UNT	Unidade Nacional de Trânsito
α	Alfa de <i>Cronbach</i>

Parte 1 – Teórica

Capítulo 1 - Introdução

1.1. Introdução

O presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), intitulado “A aplicabilidade do Policiamento Orientado pelas Informações na GNR” visa a obtenção do grau de mestre em Ciências Militares na especialidade de Segurança, na Academia Militar. O presente trabalho científico representa o culminar de um período de cinco anos de formação dos futuros Oficiais da Guarda Nacional Republicana (GNR), tendo como principal objetivo desenvolver capacidades que permitam e constituam a base de aplicações originais, em ambiente de investigação, no domínio de segurança e áreas concretas de investigação. A construção do trabalho científico visa ainda a aplicação de conhecimentos de exploração, investigação e análise de questões complexas, em contexto alargado e multidisciplinar.

Ao longo deste capítulo apresenta-se o enquadramento da investigação, a importância e justificação do tema, as questões que incitaram a investigação, descreve-se os objetivos da investigação, as hipóteses, a metodologia adotada e a estrutura do trabalho.

1.2. Enquadramento da investigação

Na atualidade, a sociedade vive sob uma constante expansão a nível tecnológico e comunicacional, provocando nos criminosos novos modos de atuação (Barrett, 2006). Face a um quadro de novas ameaças globais, como a criminalidade organizada ou o terrorismo, exige-se que a atuação das forças policiais, para além do conhecimento da comunidade, procure a proatividade e a precisão, através da análise das tendências criminais (Moleirinho, 2009). A GNR deverá acompanhar essa evolução e adaptar-se às novas formas de atuação dos criminosos, através da reformulação do modo de fazer polícia (Baraças, 2009).

Desta forma, e para que continue a prestar um serviço público de qualidade, a GNR deve reestruturar e melhorar os seus modelos de policiamento e programas especiais, de forma a facultar à população uma resposta rápida face às suas necessidades de segurança.

Para Teixeira (2002), a execução da Política de Segurança Interna assenta em vários eixos estratégicos, de evidenciar a modernização da organização, das infraestruturas e dos equipamentos das Forças e Serviços de Segurança (FFSS) e a proximidade com as populações, desenvolvida através da visibilidade das FFSS e de um modelo de Polícia de Proximidade.

O desenvolvimento do Policiamento Orientado pelas Informações (POI) assenta nos eixos estratégicos descritos anteriormente, visto que é um modelo de policiamento que exige a modernização da organização das Forças de Segurança, através da criação de equipas especializadas na análise e tratamento das Informações.

1.3. Importância da investigação e justificação do tema

A escolha do tema a aplicabilidade do POI na GNR, surgiu naturalmente, tendo em consideração o interesse do autor pela temática das Informações, aliado ao facto do modelo escolhido estar em evolução e a ganhar preponderância nas FFSS portuguesas. É um modelo que tem por base o planeamento do esforço do policiamento sustentado numa estrutura de Informações capaz de influenciar o processo de tomada de decisão através de uma atuação proativa. O facto de o POI estar perfeitamente consolidado noutras polícias estrangeiras impulsionou o estudo do mesmo, de modo a poder identificar possíveis vantagens com a sua aplicabilidade adaptada à realidade portuguesa. A realização e orientação da problemática deste TIA têm como princípio o acompanhamento do estudo do tema em Portugal, como se pode verificar através da concretização de teses de investigação e artigos desenvolvidos ao longo do tempo.

1.4. Pergunta de partida e perguntas derivadas

Face aos objetivos da investigação, surgem várias questões cuja resposta é fundamental para solucionar a problemática em análise. Neste sentido, a pergunta de partida que originou o início da investigação é a seguinte:

- Quais as vantagens da possível aplicabilidade do POI?

Tendo em consideração, a problemática em análise surgem perguntas derivadas que terão de ser respondidas por forma a complementar e atingir os objetivos delineados. Logo, como questões derivadas surgem:

- PD1: Qual a importância do tratamento das Informações no processo de tomada de decisão?
- PD2: Qual a importância do tratamento das Informações na gestão dos recursos disponíveis?
- PD3: Qual a importância que as Informações desempenham no planeamento do policiamento?
- PD4: Qual a compatibilidade dos princípios do POI com a estrutura organizacional de um Comando Territorial?

1.5. Objetivos de investigação

O objetivo principal da investigação é avaliar a aplicabilidade do POI na GNR e identificar possíveis mais-valias do modelo. Relacionado com o objetivo geral revela-se necessário atingir os seguintes objetivos específicos:

- Identificar a relevância do tratamento das Informações na tomada de decisão, na gestão de recursos e no esforço de policiamento;
- Avaliar a compatibilidade do modelo na estrutura da GNR.

1.6. Hipóteses de investigação

Face às perguntas que incitaram o estudo surgem as seguintes hipóteses:

H1: O domínio das Informações influencia a tomada de decisão do Comandante.

H2: O domínio das Informações pressupõe uma melhor gestão dos recursos disponíveis.

H3: Existe uma ligação entre as Informações e o planeamento do policiamento.

H4: O modelo estrutural do POI é compatível com a estrutura organizacional de um Comando Territorial.

1.7. Metodologia adotada

O presente trabalho foi redigido tendo em consideração as orientações delineadas pela Norma de Execução Permanente (NEP) nº520/DE/ de junho de 2011. Nas situações omissas recorrer-se-á às orientações fornecidas por livros de metodologia indicados na bibliografia.

A realização do trabalho sustentou-se em três fases: a fase exploratória, a fase analítica e a fase conclusiva, como demonstrado na figura 1. A primeira fase, em que se realizou a Parte Teórica, baseou-se na análise de livros e artigos alusivos ao tema, por forma a formular as hipóteses de investigação aliadas aos objetivos do trabalho. A fase analítica, suportada pela formulação da Parte Prática, sustentou-se no método de observação direta, que juntamente com a realização de inquéritos por questionário possibilitou a recolha, o registo e análise dos dados e interpretação dos resultados obtidos. Com a última fase, depois de se proceder à confirmação das hipóteses de investigação, retiraram-se as devidas conclusões e recomendações do trabalho.

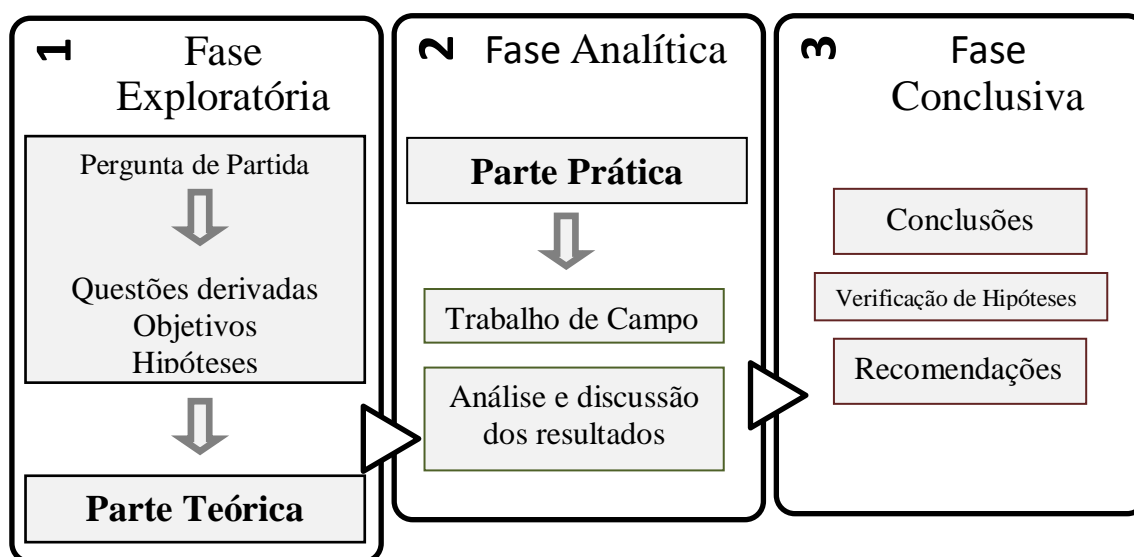


Figura 1 - Metodologia adotada

1.8. Estrutura do trabalho de investigação aplicada

O trabalho encontra-se dividido em três partes. A Parte Teórica é constituída pelo capítulo da Introdução e pelos capítulos que servem de enquadramento teórico de tema. A segunda refere-se à Parte Prática, na qual se apresenta o trabalho de campo e a análise e discussão dos resultados. Por fim, a última espelha as conclusões e recomendações.

A Parte Teórica inclui o primeiro capítulo onde se realiza a apresentação do trabalho, de seguida apresenta o enquadramento teórico do tema através de quatro capítulos. Estes servem de enquadramento teórico do tema, apresentando conceitos fundamentais para uma melhor compreensão do trabalho de campo. O segundo capítulo desta parte, denominado “Segurança e Polícia”, faz um enquadramento geral sobre o conceito de Segurança e qual o papel a desempenhar por parte das polícias, o terceiro capítulo, “As Informações”, apresenta a definição de Informações, bem como a importância das mesmas para o processo de tomada de decisão. No quarto, intitulado, “O Policiamento Orientado pelas Informações” realiza-se um enquadramento histórico do tema, delimita-se o conceito e efetua-se a caracterização do modelo, por fim o quinto capítulo, “A estrutura organizacional das Informações e o papel das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) ”, realiza-se uma alusão sobre a estrutura organizacional da GNR na área das Informações e descreve-se o papel das TIC para a organização.

A Parte Prática integra dois capítulos “Trabalho de campo” e “Apresentação, análise e discussão dos resultados”, em que se espelha os resultados obtidos com a realização dos inquéritos por questionário.

Na terceira e última parte, constituída pelo capítulo “Conclusões e Recomendações” retrata-se a verificação das hipóteses da investigação, responde-se à pergunta de partida e perguntas derivadas, realiza-se a limitação do estudo e sugerem-se futuras investigações.

Capítulo 2 – A Segurança e a Polícia

2.1. Introdução

Pretende-se com este capítulo abordar a evolução do conceito de Segurança ao longo dos anos, descrevendo qual o papel das polícias face às principais ameaças à segurança. Assim como, realizar uma análise aos vários modelos de policiamento, nomeadamente os modelos de Policiamento de Proximidade e Orientado para a Resolução de Problemas (POP), precursores do POI, através da descrição dos princípios e características de cada um.

2.2. O conceito de Segurança e o papel da Polícia

Ao longo dos anos o conceito de Segurança tem sofrido uma evolução significativa face às transformações no Estado português e do seu papel na sociedade (Oliveira, 2006).

A exigência do Estado em prestar aos seus cidadãos um conjunto de atuações em diversas áreas da vida social provoca uma transformação nas instituições públicas. O cidadão, como evidencia Oliveira (2006, p. 54), “passa a ocupar um lugar central na Segurança, passando a dispor de um conjunto de direitos previstos nas demais leis da República.”. Logo, também as polícias tiveram de se transformar em serviços públicos orientados para a satisfação das necessidades dos cidadãos, em termos de Segurança (Oliveira, 2006). As necessidades sentidas derivam da solução que a polícia terá de encontrar, enquanto desempenhar ações coletivas organizadas, através de modelos funcionais da administração pública, para resolver problemas, tais como: o aumento e a diversificação da criminalidade, a sinistralidade rodoviária, as alterações da ordem nas ruas, para além de toda uma panóplia de tarefas a desempenhar no dia-a-dia das polícias (Alves, 2008).

Devido ao facto de existir nos dias de hoje uma indefinição sobre a delimitação das fronteiras internas e externas e ao facto de os Estados passarem a atuar num quadro

internacional complexo, o Estado, depois dos acontecimentos do 11 de Setembro de 2001, terá de responder a um conjunto de novos desafios à Segurança caracterizados, face ao mundo global, pela imprevisibilidade e pelas transformações e perturbações que estes poderão causar à sociedade (Teixeira, Lourenço, & Piçarra, 2006).

Segundo a Constituição da República Portuguesa, o direito à Segurança encontra-se consagrado no capítulo 1, do título 2, no art.º 27, onde se refere que todos os cidadãos têm direito à Segurança.

Depois de identificar que Segurança constitui um direito fundamental dos cidadãos importa enumerar os conceitos apresentados pelas demais leis e por outros autores.

Para Armando Alves (2010, p. 37), Segurança no seu conceito operacional “é o estado ou condição que se estabelece num determinado ambiente através da utilização de medidas adequadas, com vista à sua preservação e à conduta de atividades, no seu interior ou em seu proveito, sem ruturas”. Explicando o autor que por ambiente entenda-se qualquer espaço e tudo o que ele contém sendo pessoas, instalações ou equipamentos, ou outros e por ruturas qualquer interrupção não desejada que possa causar dano.

Plasmado na Lei de Segurança Interna, lei 53/2008, no seu art.º 1, surge o conceito de Segurança Interna como “a atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger as pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática.”

A Segurança, nos dias de hoje, caracteriza-se como uma das principais preocupações perante uma sociedade em constante evolução, por isso o modo de fazer polícia terá de acompanhar essa evolução com o objetivo de responder de forma eficaz aos problemas da sociedade e à exigência da população (Baraças, 2009).

2.3. O Policiamento de Proximidade

O modo de fazer polícia, bem como os modelos de policiamento levados a cabo pela GNR terão necessariamente de acompanhar a constante evolução do tempo e da sociedade. Para isso, Armando Alves (2008) inúmera algumas linhas orientadoras que a atividade policial terá de obedecer:

- Direcionar a função de polícia para o cidadão, ou seja estabelecer um relacionamento próximo e de confiança com os cidadãos.

- Desenvolver uma atividade policial direcionada para a prevenção conseguindo assim uma legitimação da sua atividade não só pelo impedimento da criminalidade e de fenómenos contraordenacionais, mas também pela atividade orientada para a resolução dos problemas da comunidade.
- Desenvolvimento e prática do Policiamento de Proximidade o qual irá abordar-se mais pormenorizadamente.

O Policiamento de Proximidade, também designado por Policiamento Comunitário, é uma filosofia que promove estratégias organizacionais, que suportam o uso sistemático de parcerias e técnicas de resolução de problemas da população. Assenta num eixo de proatividade e pretende a resolução imediata de problemas que ponham em causa a segurança pública, como o caso do crime e a desordem social (Diamond & Weiss, 2009).

Para exercer um verdadeiro Policiamento de Proximidade é necessário ter bem presente na atividade das polícias duas componentes muito importantes: estabelecimento de parcerias com a população e resolução de problemas da comunidade (Bureau of justice Assistance, 1994). Estes tipos de parcerias só serão exequíveis se forem criados laços de confiança e cooperação com a população integrando-a na luta contra o crime, visto que a comunidade poderá facultar informações relevantes no combate à criminalidade. A resolução de problemas da comunidade, segunda componente defendida compreende um procedimento mais complexo, na medida em que a polícia terá de realizar estudos que determinem os problemas de determinada área geográfica, conseguindo uma melhor aplicação de recursos para a resolução dos problemas existentes (idem).

Para Pedro Clemente (2008), o Policiamento de Proximidade assenta em quatro pilares fundamentais que terão de ser constantemente desenvolvidos na atividade policial: presença, através da visibilidade do patrulhamento junto da população; conhecimento do meio policial envolvente e dos seus principais atores; proteção, efetuando uma resposta célere e ajustada à ameaça ou incidente e empatia desenvolvida através de uma comunicação assertiva.

2.4. O Policiamento Orientado para a Resolução de Problemas

O conceito de POP teve a sua origem como resposta às limitações do Policiamento de Proximidade, uma vez que existia uma concentração de meios na gestão interna da

polícia e nas atividades tradicionais de patrulhamento apeado, ignorando os objetivos e os fins estratégicos da polícia e da comunidade (João, 2009).

Este tipo de policiamento pretende identificar e diagnosticar os problemas da comunidade e desenvolver soluções credíveis para a sua resolução definitiva. Enquanto, a Polícia Comunitária define como principal prioridade o patrulhamento apeado e as estratégias de aproximação à população, o POP realiza um redirecionamento do patrulhamento para a resolução de conflitos (Oliveira, 2006).

O POP desenvolve-se como indica o quadro 1, por quatro etapas. Na primeira etapa, identificação do problema, verifica-se sempre que existam três fatores: existência de um problema constituído por incidentes repetidos e ligados entre si, existência de um ponto em comum entre eles e a existência de uma causa de preocupação para a comunidade e para a polícia. A segunda etapa caracteriza-se pela recolha e interpretação de informações pertinentes, tendo como objetivo a análise do problema. De seguida, torna-se necessário a definição de uma solução assente em objetivos que provoquem a resolução do problema ou a redução da amplitude/gravidade do mesmo. Por fim a fase da avaliação, com vista a apurar o impacto da solução no problema em causa (idem).

Quadro 1- Processo do Policiamento Orientado para a Resolução de Problemas

Adaptado: (Oliveira, 2006)

Etapa 1	<i>Identificação do Problema</i> Descrição e seleção do problema a resolver
Etapa 2	<i>Análise</i> Investigação integral das causas ou das condições que provocam ou que influenciam o problema
Etapa 3	<i>Resposta</i> Resposta estratégica precisa, baseada numa análise aprofundada e completa do problema
Etapa 4	<i>Avaliação</i> Avaliação dos efeitos da resposta estratégica sobre o problema

Em suma, para dar resposta aos novos modos de atuação por parte dos criminosos impulsionados pela expansão tecnológica e comunicacional, as FFSS deverão reestruturar e melhorar os seus modelos de policiamento, como o Policiamento de Proximidade e o POP, por forma a facultar à população uma resposta rápida face às suas necessidades de segurança. No capítulo seguinte apresentam-se conceitos básicos que servem de enquadramento ao POI, através da caracterização das Informações, do ciclo da produção das Informações e do papel que estas desempenham na tomada de decisão do Comandante.

Capítulo 3 – As Informações

3.1. Introdução

Ao longo deste capítulo apresentam-se alguns conceitos básicos que enquadram todo o modelo de policiamento em estudo. Define-se o conceito de Informações, caracteriza-se o ciclo da produção das Informações, bem como se realça a importância das Informações para a tomada de decisão do Comandante.

3.2. O conceito de Informações

Para que se possa chegar a uma definição de Informações (*intelligence*) é necessário entender o conceito de notícia (*information or data*). Notícia trata-se de facto ou conjunto de factos que tendem a descrever acontecimentos ocorridos no passado e no presente, ou seja, entende-se por um dado não processado de natureza variada referente a um determinado momento ou espaço (Exército Português, 2009).

As Informações são o produto resultante do tratamento das notícias, que através de um processo detalhado realizado por um determinado órgão originará conclusões e conhecimentos que ajudaram à prossecução de um determinado objetivo (idem). De forma mais simples e clara, a definição de informações resume-se ao somatório de notícias/dados mais análise (Schreier, 2009). Em sentido mais lato Informações não é mais do que a produção de produtos informacionais, com o objetivo de conter ou evitar determinadas ameaças à segurança Interna (Clemente, 2008).

3.3. O Ciclo da produção das Informações

3.3.1. O Modelo Tradicional

Tal como referido anteriormente, as notícias têm de ser sujeitas a um processo detalhado para que possam ser transformadas em Informações. É sobre esse processo, denominado ciclo da produção das Informações que nos iremos debruçar. Nesta secção descreve-se o modelo tradicional e as novas abordagens que surgiram até aos dias de hoje.

As informações produzidas por esse processo, são caracterizadas: pelo conhecimento; pela organização que produz esse conhecimento; pelas atividades realizadas por essa organização; pelo processo que guia essas atividades e pelos produtos resultantes dessas atividades e processos (Schreier, 2009).

O ciclo da produção das informações é um processo detalhado devidamente sistematizado e estruturado por quatro fases distintas: a orientação do esforço de pesquisa, a pesquisa, o processamento e a disseminação (Exército Português, 2009).



Figura 2 - Ciclo da produção das Informações - Modelo Tradicional

A primeira fase, orientação do esforço de pesquisa, é caracterizada pela determinação das necessidades de informações, ou seja, são emitidas instruções aos órgãos de pesquisa de quais as notícias e informações que necessitam, estabelecendo prazos e prioridades de recolha. Nesta fase deverá ser realizado um plano para organizar, controlar e coordenar todo o esforço de pesquisa a realizar. A pesquisa, segunda fase deste processo, é definida pela procura de informações e notícias identificadas na fase anterior, é definido

um plano de pesquisa, efetuada uma exploração de entidades e órgãos e posteriormente a entrega de todos os dados pesquisados aos órgãos que irão realizar o seu devido processamento. Nesta fase é realizado o registo, a avaliação, a análise, a integração e interpretação das notícias recolhidas, através desta análise transformadas em Informações.

E por fim, a última fase deste processo, a disseminação. Depois da obtenção das Informações é necessário facultá-las às entidades que delas necessitam, o mais rápido possível e de forma adequada, e que sejam úteis ao recetor e comunicadas por sistemas de transmissão acessíveis (Exército Português, 2009).

3.3.2. As novas abordagens ao modelo tradicional

O ciclo da produção das informações, ao longo do tempo face às variadas necessidades de Informação sentidas pelas entidades, tem vindo a sofrer várias mutações e novas abordagens por várias polícias. Um exemplo disso, é a *New Jersey State Police* (NJSP) que através do guia prático de implementação do *Intelligence-led policing* (ILP), descreve o ciclo das Informações a adotar por aquela polícia. Este ciclo é um processo de identificação das necessidades de informação, em que os dados pertinentes são recolhidos, convertidos em Informações e posteriormente divulgados aos “consumidores” dos vários níveis: estratégico, tático e operacional (Fuentes, 2006).

Este ciclo é constituído por cinco fases: o planeamento e direção, a pesquisa/recolha de dados, a análise e produção de informações, a difusão e posteriormente avaliação.

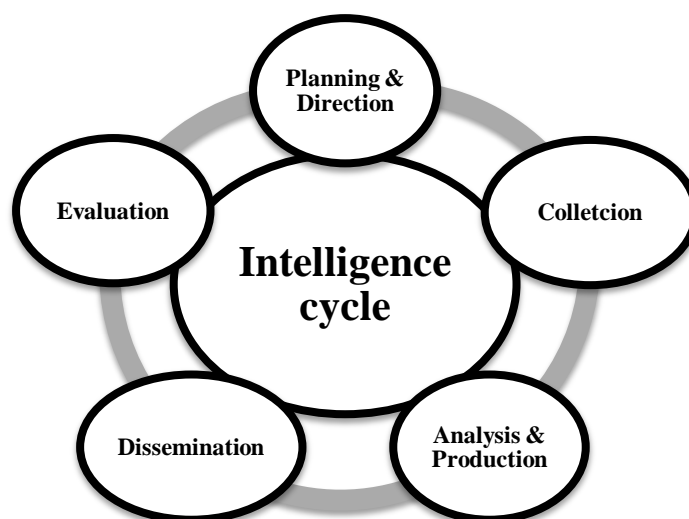


Figura 3 - Ciclo de produção das Informações - Nova abordagem

Adaptado: (Peterson, 2005)

O quadro seguinte explica de forma sintética e sistematizada as várias fases deste processo.

Quadro 2 - Caracterização das várias fases

Fases	Definição	Tarefas
Planeamento e direção	Atividade caracterizada pela identificação das necessidades de informação estabelecendo prioridades de recolha e análise	Avaliação dos dados já conhecidos e Identificação das necessidades existentes
		Definição de prioridades de Informação
		Delimitação dos esforços de recolha de dados
		Criação de um plano de coordenação que define quem recolhe, o que recolhe e o modo de análise
Recolha	Atividades de pesquisa e operações que respondam às necessidades sentidas na fase anterior	Recolha de informação pertinente já existente
		Recolha de dados necessário através de fontes
		Respeitar o plano de coordenação elaborado anteriormente
		Pesquisa de dados e informação em repositórios e bases de dados já existentes
		Recolha de dados novos através de atividades/operações policiais tradicionais
Análise e produção	Consiste na transformação dos dados recolhidos em Informação originando produtos de Informações (relatórios, briefings)	Avaliação dos dados recolhidos através de validação e criptação dos mesmos
		Análise da informação
		Tirar conclusões e fazer recomendações
		Apresentação atempada das conclusões e recomendações obtidas
Difusão	É o processo que consiste na distribuição atempada da Informação produzida à entidade que necessita dessa informação	Inserir os produtos de Informação numa base de dados
		Permitir a consulta o mais amplo possível
		Fazer chegar a Informação aqueles que dela necessitem
Avaliação	Atividade final que se caracteriza por apurar se as Informações produzidas correspondem às necessidades inicialmente sentidas	Fornecimento de <i>feedback</i> aos analistas sobre: a Informação produzida e análise realizada
		Interação contínua entre consumidores e analistas

Outros autores, como Fred Schreier (2009) definem este ciclo em seis etapas. Este autor considera uma etapa adicional, o processamento, separando-a da fase análise e produção. Depois de recolhidos todos os dados e notícias não podem ser sujeitos a análise no estado em que foram recolhidos. Para que se possa realizar uma análise adequada estes têm de ser primeiramente traduzidos, decifrados, redigidos de forma clara, como por exemplo filmes/gravações terão de ser perceptíveis. Posteriormente antes de ser sujeita à fase seguinte, esta terá de ser etiquetada, classificada e informatizada.

3.4. O papel das Informações na tomada de decisão

As Informações são fundamentais na tomada de decisão de um Comandante, visto que a principal função destas é antecipar o risco e prever ameaças futuras (Ratcliffe, 2010).

A posse de Informações constitui uma vantagem sobre o adversário. Assim, o Comandante realizará um planeamento mais preciso das operações, prevendo as ações e reações do adversário o que provocará uma diminuição do risco e um aumento da possibilidade de sucesso na conduta da operação (Exército Português, 2009).

O sucesso do planeamento assenta em vários pressupostos que deverão ser identificados e compreendidos pela atividade policial, tais como: a compreensão precisa da aplicação da lei, perceção do ambiente operacional, identificação de tendências e localização das principais ameaças. Respeitando estes princípios poderá ser realizado um planeamento preventivo que responderá às necessidades da comunidade (Peterson, 2005).

O Comandante detendo Informações atempadas e oportunas tomará decisões mais precisas e concretas, daí que os órgãos de Informações desempenham uma importante atividade. O trabalho realizado por estes deverá ser o mais detalhado possível de modo a dotar o Comandante de Informações rigorosas, evitando que este tome decisões com base em pressupostos, informações imprecisas ou incompletas (Fuentes, 2006).

Para realçar o papel destes serviços Fred Schreier (2009) refere que estes constituem a chave e a primeira linha de defesa para o combate às ameaças graves.

Depois de analisados os conceitos fundamentais que suportam o POI, como a produção de Informações e o papel que estas desempenham na tomada de decisão, irá realizar-se no capítulo seguinte a análise e caracterização do POI.

Capítulo 4 – O Policiamento Orientado pelas Informações

4.1. Introdução

No presente capítulo aprofunda-se o modelo do POI. Realiza-se um enquadramento histórico sobre o modelo, delimita-se o conceito, apresentam-se as características do mesmo e identificam-se parâmetros de aplicabilidade que terão de existir para se pensar numa possível aplicação do modelo.

4.2. A origem do modelo

Este modelo de policiamento foi desenvolvido na Grã-Bretanha, para responder a um aumento acentuado de crimes contra a propriedade que se registava até então. O POI, denominado à data por *Kent policing model*, caracterizava-se por realizar uma priorização das chamadas, sendo as menos graves encaminhadas para outras instituições sendo ou não policiais. Desta forma, libertando recursos humanos e ganhando tempo, e considerando que os Oficiais acreditavam que os aumentos de criminalidade eram provocados por um pequeno número de pessoas, criaram unidades de Informações que através da sua atividade redirecionaram o esforço de policiamento para os crimes de maior incidência. Esta conduta provocou uma redução de 24% na criminalidade em 3 anos. Com este novo procedimento, os Oficiais aperceberam-se que através da identificação e quantificação dos problemas criminais (tarefas das unidades de Informações), poderiam direcionar de forma precisa o seu policiamento combatendo assim a criminalidade de forma ativa e racional (Peterson, 2005).

Jerry Ratcliffe (2003) defende que o POI entrou no léxico das polícias no início dos anos 90, uma vez que se impunha uma nova abordagem de combate ao crime, face ao aumento acentuado da criminalidade que se registara no final dos anos 80 e início da década de 90. O mesmo defendia que a polícia, face às rápidas mudanças provocadas pela

globalização, como a remoção de barreiras físicas e tecnológicas teria de desenvolver um trabalho mais eficaz e eficiente assente num policiamento proativo.

4.3. O Policiamento Orientado pelas Informações

O relatório final sobre o estudo para a reforma do modelo e organização do sistema de Segurança Interna (2006) enuncia inúmeras reformas e pontos críticos que terão de ser repensados em quatro áreas de intervenção: Prevenção, Ordem Pública, Investigação Criminal e Informações. De evidenciar a área da investigação criminal face à inexistência de um sistema de informação criminal que promova a difusão, a partilha e a troca de informações criminais de forma transversal a todos os órgãos de polícia criminal (OPC) e na área das Informações, no que diz respeito à inexistência de uma cultura de partilha de informações, associada à competitividade entre FFSS. Dito isto, o modelo de policiamento e o seu modo de funcionamento responderia aos problemas supra mencionados, uma vez que um dos pilares deste modelo exige uma grande coordenação de fontes, armazenamento de dados, meios de análise e treino e assegurando nos diversos níveis de ação e decisão uma cultura de difusão e partilha de Informações entre FFSS (Moleirinho, 2009).

A lei de Organização de Investigação Criminal, lei nº48/2008, prevê no seu art.º10, o dever de cooperação que terá de existir entre os OPC no exercício das suas atribuições. Esta cooperação é garantida pelo sistema integrado de informação criminal que segundo o art.º11, assegura a partilha de informações entre os OPC. A lei nº 73/2009 concebeu uma plataforma de intercâmbio de informação criminal (PIIC) por via eletrónica entre os OPC. A plataforma permite a interoperabilidade dos vários Sistemas de informação dos OPC, possibilitando assim a partilha de Informações.

Ambas as ferramentas, descritas anteriormente, representam uma mais-valia para a criação de uma cultura de difusão e partilha de informações criminais entre OPC.

No que diz respeito à proximidade com as populações, esta pode ser fomentada através de um Policiamento de Proximidade, como fonte privilegiada de recolha de notícias e dados. A implementação de um novo modelo deverá aproveitar os atributos do Policiamento de Proximidade, como: a abordagem científica para a resolução de problemas, a análise do ambiente, o estabelecimento de comunicações efetivas com o público, atuações delineadas para redução do medo e a mobilização da comunidade (Moleirinho, 2009). A implementação de um modelo de policiamento com estas

características, representaria vantagens em termos de custos e resultados e também responderia aos problemas supra mencionados, uma vez que um dos pilares deste modelo pressupõe a partilha de informação, que segundo Bruno Baraças (2009, p. 5) “deverá passar de uma prática formal ou informal para uma verdadeira política de atuação transversal a todas as forças e serviços de Segurança”.

O desenvolvimento do POI tem vindo a ganhar preponderância após os ataques do 11 de setembro de 2001 nos EUA. Vários têm sido os autores que têm estudado este modelo, por isso, várias têm sido as abordagens de estudo acerca do POI.

O “*Intelligence-led Policing*”, na tradução livre para português, Policiamento Orientado pelas Informações representa uma nova dimensão do Policiamento Comunitário, construído em táticas e metodologias desenvolvidas durante anos de experimentação. Esta afirmação é realçada pelos vários pontos em comum que existem entre os dois sistemas, ao nível: da gestão da Informação, do estabelecimento de canais de comunicação com a população, da análise de dados científicos e da resolução de problemas (Carter, 2004).

Para Barrett (2006), o POI é uma filosofia de gestão em que o conhecimento do ambiente operacional é fundamental para realizar uma melhor alocação de recursos. É uma filosofia que desempenha um papel importante na tomada de decisão, uma vez que através da recolha de informação e análise da mesma, permite aos decisores terem uma melhor consciência situacional do seu ambiente operacional o que lhes permite otimizar as suas estratégias de controlo do crime, através de uma melhor alocação de recursos e orientações das operações táticas.

A definição de “*Intelligence-led Policing*”, tem sido desenvolvida ao longo do tempo por Ratcliffe, que define o POI como: “*a business model and managerial philosophy where data analysis and crime intelligence are pivotal to an objective, decision-making framework that facilitates crime and problem reduction...*” (Ratcliffe, 2008, p. 89).

Em resumo, o POI é um modelo de gestão de análise de informação criminal e policial, no qual este processo é determinante para a concretização de um objetivo, identificação antecipada de possíveis infratores e ocorrências, de modo a diminuir a criminalidade. Face às sociedades de risco, dos dias de hoje, como refere Pedro Moleirinho (2009) torna-se decisivo a previsão das ameaças graves, que atentam contra a vida social, por parte das autoridades policiais, desempenhando as Informações um papel muito importante no cumprimento dessa missão. Este objetivo atinge-se através da análise das Informações, as quais irão influenciar os decisores, para que realizem uma melhor alocação

de recursos, ou seja, focalizem o esforço do policiamento de forma eficaz através das Informações produzidas por equipas devidamente especializadas (Ratcliffe, 2008).

Logo, “O Policiamento guiado pelas Informações emerge como um modelo de ação policial em que o produto informacional dirige o esforço de patrulhamento visível e uniformizado” (Clemente, 2008, p. 35). Este sustenta-se na pesquisa de notícias, através de meios humanos e tecnológicos, como a vídeo vigilância, na peritagem de armas e escutas telefónicas e na exploração de fontes de informação, concebendo assim uma ação policial de cariz proativo. O mesmo autor reforça a ideia que o saber fazer policia jamais se resume a uma resposta reativa, centrando a sua atenção em criminosos ativos ou habituais e na gestão dos *hot spots* e *hot times* definidos pelo autor como locais de rápida acumulação de factos delituosos e tempos frequentes de prática criminal (Clemente, 2008).

4.4. Caracterização do modelo

O POI é caracterizado por realizar duas funções primordiais: ter a capacidade de antecipar o risco e influenciar a ação. Para desempenhar a primeira função é necessário ter-se a capacidade de realizar um policiamento de prevenção baseado numa atuação proativa, em vez de uma atuação reativa tendo por base a repressão do crime. Para que este objetivo seja cumprido, e assim, realizar um policiamento proativo, terá de existir uma componente de previsibilidade que será identificada através do reconhecimento e análise de padrões históricos, tendências criminais e condições que tornam o acontecimento provável (Ratcliffe, 2010). As estruturas de informações no cumprimento desta função desempenham um papel importante, na medida em que, efetuam uma previsão de um futuro incerto, baseado na situação do presente, muitas vezes incompleta, com o objetivo de influenciar os decisores a realizar um melhor esforço do policiamento em ações de prevenção criminal. Na segunda componente, o autor refere que toda a Informação que não tenha a capacidade de influenciar o pensamento do decisor não é Informação. Para que se possa combater a criminalidade, tendo por base que os recursos materiais e humanos são cada vez mais escassos, é essencial realizar uma alocação de recursos cada vez mais eficaz e eficiente, constituindo-se as estruturas de informações como uma ferramenta fundamental no apoio à decisão e planeamento do comandante (idem).

Para realçar esta teoria, Jerry Ratcliffe (2003), concebeu um modelo, denominado, “*three-i model of intelligence-led policing*”. Este modelo conceptual pretende explicar o modo de funcionamento do POI.

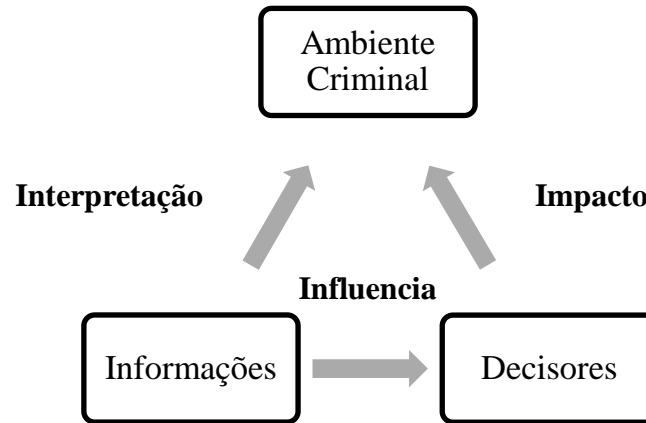


Figura 4 - Funcionamento do Policiamento Orientado pelas Informações

Adaptado: (Ratcliffe, 2003)

O modelo inicia-se através da interpretação do ambiente criminal que se caracteriza como dinâmico e fluido, numa constante transformação em termos de forma, composição e articulação, representando uma realidade que as polícias têm necessidade de compreender para desenvolver uma atividade policial eficaz. Para que se possa realizar uma perfeita interpretação do ambiente criminal é indispensável existir um sistema eficaz, sustentado no investimento em pessoas, e ferramentas analíticas, mas também na compreensão das funções e limitações de um sistema de Informações. A fase da Análise considera-se o pilar mais importante no funcionamento deste modelo, uma vez que os analistas para além da interpretação do ambiente criminal, terão de ter capacidade de produzir Informações capazes de influenciar a tomada de decisão. Assim sendo, o investimento em ferramentas e pessoas, descrito anteriormente, revela-se preponderante para um desempenho competente e capaz de sustentar todo o funcionamento do modelo. Esse investimento, na área da formação, passará pela especialização das pessoas que constituem estas equipas em áreas e ferramentas de recolha, análise e produção de Informações. Depois de compreendido o ambiente criminal e recolhido o máximo de dados e notícias, através do ciclo de inteligência, os especialistas irão produzir informações para responder às necessidades sentidas pelos decisores. A posse destas Informações possibilitará aos decisores tomar decisões mais oportunas e antecipar possíveis incidentes criminais. Este processo irá

provocar um impacto no ambiente criminal, ou seja, a criminalidade irá diminuir, uma vez que, os problemas levantados aquando da interpretação do ambiente criminal serão resolvidos através do direcionamento do policiamento por parte dos decisores (idem).

4.5. Parâmetros de aplicabilidade do modelo

A aplicabilidade do modelo pressupõe a existência de determinados princípios os quais designamos de “parâmetros de aplicabilidade”. A adoção do POI exige uma concentração de esforços de toda a organização. Para a concretização do modelo, os analistas deverão produzir informações operacionais, táticas e estratégicas, que suportem as necessidades imediatas da organização e forneçam a base para o planeamento a longo prazo. Para os operadores do POI, ou seja aqueles que utilizam as Informações, exige-se para além da recolha de notícias e dados, que se tornem melhores utilizadores e consumidores de Informações produzidas pelos analistas. O trabalho mútuo entre analistas, operadores e líderes da organização terá de existir neste modelo, por isso, este modelo requer uma reorganização estrutural assente, não numa organização apenas preocupada na recolha de dados mas também, numa filosofia de criação, registo e difusão de produtos de Informação que possam influenciar a tomada de decisão estratégica e a alocação de recursos da organização (Barrett, 2006).

Ractliffe (2008, p. 235) define padrões básicos estruturais e culturais que poderão atuar como um ponto de referência para a aplicabilidade do POI, dos quais se destacam dez critérios:

- Existência de uma Estrutura de Comando e apoio informada, ou seja, existência de uma liderança que apoia o POI, tendo por base a análise diária da Informação criminal na tomada de decisão estratégica;
- O POI é o “coração” de toda a organização. O POI terá de ser visto e desenvolvido para toda a organização e não apenas aplicado de forma fragmentada em unidades especializadas;
- A Integração do crime e da análise criminal;
- Foco nos infratores, identificação de alvos prioritários;
- Formação adequada;

- Reuniões de nível tático e estratégico;
- Realização de investigação proativa, orientada para crimes suscetíveis de resultar em detenções;
- Recolha de dados suficientemente completos que suportem produtos de Informação de qualidade que influenciem a tomada de decisão;
- Estrutura de gestão baseada nos produtos de Informação;
- Uso adequado de ações de prevenção e fiscalização.

O quadro seguinte compara os diversos modelos de policiamento, em termos de implementação, recursos e custos. Como se pode observar, dos três tipos de policiamento (Proximidade, Orientado pelos Problemas e Orientado pelas Informações), o POI apresenta vantagens, que serão desenvolvidas no Capítulo 5 deste trabalho.

Quadro 3 - Comparação dos modelos

Adaptado: (João, 2009)

	Dificuldade de implementação	Recursos humanos	Recursos tecnológicos	Custos	Aplicação geográfica	Prevenção Criminal	Tipo de informação	Tipo de atuação
PP	Baixo	Elevado	Baixo	Elevado	Baixo	Baixo	Retrospectiva	Preventiva
POP	Médio	Elevado	Médio	Elevado	Médio	Médio	Retrospectiva	Repressiva
POI	Elevado	Baixo	Elevado	Médio	Elevado	Elevado	Prospetiva	Preventiva Repressiva

Por fim, depois de caracterizado o modelo em estudo através da alusão do enquadramento histórico, princípios e parâmetros de aplicabilidade e efetuada a devida comparação com os outros modelos, pretende-se no capítulo seguinte, de forma a abranger todas as áreas respeitantes ao modelo, analisar a estrutura organizacional da GNR e identificar as TIC desenvolvidas pela mesma.

Capítulo 5 – A estrutura organizacional das Informações e o papel das Tecnologias de Informação e Comunicação

5.1. Introdução

Pretende-se com este capítulo realizar uma referência à estrutura das Informações na GNR e realçar o papel das TIC, nomeadamente o Sistema Integrado de Informações Operacionais Policiais (SIIOP), o Sistema de Gestão Operacional (SGO) e o sistema SIG-SIRESP implementada recentemente pelas unidades territoriais do país.

5.2. A estrutura Organizacional das Informações na GNR

A lei 63/2007 de 6 de novembro, aprova a estrutura organizacional da GNR. De acordo com a figura 15, (Apêndice C, p.21), a GNR, de forma geral, divide-se em estrutura de comando, unidades e estabelecimento de ensino.

No que diz respeito, aos órgãos com responsabilidade na área das Informações, dentro da estrutura de Comando composta pelo Comando Operacional (CO), Comando e Administração de Recursos Internos (CARI) e Comando de Doutrina e Formação (CDF), destaca-se dentro do CO, a Direção de Informações (DI). Esta integra a Divisão de Informações e a Divisão de Contrainformação e segurança cujas competências encontram-se descritas no decreto regulamentar nº19/2008. Das várias competências da DI, destacam-se: proceder à pesquisa, análise e difusão de notícias e Informações com interesse para a missão da Guarda, proceder à difusão de notícias e informações às FFSS e outras entidades a quem, nos termos da lei, devam ser comunicadas, apoiar as unidades da Guarda na recolha de notícias, orientar superiormente o esforço de pesquisa necessárias ao cumprimento das suas missões, elaborar estudos sociológicos e criminológicos e relatórios analíticos de delinquência nas áreas da GNR e centralizar, manter e assegurar o desenvolvimento e manutenção do SIIOP.

A nível territorial existe na orgânica do Comando Territorial, previsto no despacho

nº53/2009-OG, a Secção de Operações, Informações, Treino e Relações Públicas (SOITRP). Este é o órgão responsável pela área das Informações a nível territorial, ao qual compete nesta área: proceder ao tratamento da informação com interesse para a missão da unidade, manter e assegurar o funcionamento do SIIOP e proceder à reunião, análise e difusão de informações necessárias ao cumprimento da missão geral da Guarda.

5.3. As novas Tecnologias de Informação e Comunicação

A inovação e a implementação de tecnologia na atividade desenvolvida por uma organização representa uma mais-valia para qualquer instituição. A GNR através do investimento em estruturas e plataformas tecnológicas pretende fomentar uma cultura institucional de recolha, produção e difusão de Informações (Guedes, 2010).

A GNR, para concretizar esse objetivo, tem vindo a realizar uma aposta em meios tecnológicos, nomeadamente na criação de desenvolvimento de vários sistemas de Informações. O SGO, o SIIOP e o sistema SIG-SIRESP, o qual importa realçar.

O SIG-SIRESP é um sistema que visa a potencialização e operacionalização dos meios disponíveis, integrando informações de geolocalização de pontos importantes e georreferenciação de patrulhas no terreno. Possuindo todo este tipo de informação numa só aplicação, esta constitui-se como uma ferramenta de apoio à tomada de decisão por parte das Unidades e Comandos, de forma mais sustentada, reduzindo os tempos de intervenção, empenhando os meios disponíveis no terreno de forma mais eficaz, mais eficiente e económica (Nunes e Jarmela, 2012).

É um sistema suportado através do sistema da rede rádio SIRESP (Sistema Integrado de Redes de Emergência de Segurança e Portugal), que monitorizado pelas salas de situação dos Comandos Territoriais, permite a interoperabilidade e a partilha de Informações entre os mesmos. Prevê-se ainda, que através de um acréscimo na interoperabilidade com outros sistemas e aplicações irá permitir agilizar o planeamento de operações, a análise da criminalidade e a produção de relatórios (idem).

Uma vez que este sistema permite ainda a emissão de mensagens e alertas de ocorrências pelas patrulhas no terreno, permite através das salas de situação, a monitorização dos meios do terrenos contribuindo para a redução significativa dos custos e tempos de resposta às ocorrências, para além do acréscimo de segurança aos militares no terreno que face a uma situação de risco são mais facilmente apoiados, reforçados ou

socorridos. Desta forma consegue-se uma melhoria na segurança e proteção de pessoas e bens, na ordem e na tranquilidade pública das populações (ibidem).

O SIIOP consiste “num repositório único, centralizado e alargado a todo o dispositivo, que permite à Guarda o suporte à decisão/ação, baseado em tempo real, bem como a uniformização de procedimentos em toda a hierarquia” (Guedes, 2010, p.2).

Desta forma, o SIIOP apresenta um conjunto de vantagens que importa elencar: permite uma simplificação e gestão digital de processos, tratamento de informação e documentação acessível a todo o dispositivo, modelo que assenta num ciclo de atividades de recolha, registo, armazenamento, análise e difusão da Informação, imprime novas formas de conduta, permite cruzamento de dados entre as diversas unidades, produção e análise estatísticas operacionais e estratégicas, uniformiza o formato de recolha da Informação e alivia a carga burocrática existente (Guedes, 2010).

Como vimos anteriormente, só é possível realizar por parte dos decisores, um planeamento do policiamento, através de uma melhor alocação de recursos, se existirem Informações produzidas por equipas especializadas. O SIIOP representa uma ferramenta de gestão útil para essas equipas e não só, na medida em que, para além de as apoiar, através das suas capacidades, na produção das Informações, promove uma partilha efetiva de Informações pelos diversos escalões hierárquicos representando também uma ferramenta de apoio à decisão no que concerne à gestão de recursos, que face ao atual cenário nacional de austeridade são cada vez mais escassos (CGGNR, 2005, citado em Guedes 2010).

Por fim, o SGO é um sistema global, de âmbito nacional, que visa a gestão de incidentes e operações. Não é mais que um repositório de Informação pertinente prestando um apoio efetivo à tomada de decisão do Comandante. Caracteriza-se pela sua simplicidade, rapidez e robustez, disponibilidade e centralização da informação e interoperabilidade com outros sistemas. É um sistema que permite a introdução de informação, consulta e análise da informação existente tendo por base o perfil de acesso de cada militar. Deste modo, permite a uniformização de procedimentos por todo o dispositivo, visto ser uma ferramenta acessível através da *Intranet* da instituição. Para além das características já mencionadas, o SGO tem a capacidade de georreferenciação, interligação com ferramentas do *Microsoft Office*, subscrição de alertas RSS (*Really Simple Syndication*) e emissão de mensagens. Todos estes Sistemas aqui enunciados, através das suas funcionalidades e potencialidades representam uma mais-valia para a atividade operacional da GNR, como tentaremos comprovar no capítulo seguinte através dos resultados obtidos pelo questionário.

Parte 2 – Parte Prática

Capítulo 6 – Trabalho de Campo

6.1. Introdução

O presente estudo sustentou-se na revisão da literatura existente sobre o POI, bem como algumas temáticas que permitem enquadrar o tema. Ao longo do mesmo, caracterizou-se o conceito do modelo, apresentou-se os seus princípios e identificou-se as mais-valias através da sua aplicabilidade.

Para complementar o presente trabalho importa desenvolver um estudo prático que possibilite a resposta à questão de partida que impulsionou o estudo, perguntas derivadas e uma verificação das hipóteses levantadas no capítulo 1.

Seguidamente apresenta-se também a metodologia de trabalho de investigação, com referência aos procedimentos e técnicas que sustentaram a recolha de informação, assim como os métodos utilizados nas várias etapas da investigação.

6.2. Metodologia do trabalho de campo

O trabalho de investigação científico compreende um conjunto de objetivos necessários de atingir para que se consiga delinear um caminho a seguir denominado, segundo Hill e Hill (2012), a viagem da investigação.

A investigação pode definir-se como “sendo o diagnóstico das necessidades de informação e seleção de variáveis relevantes sobre quais se irão recolher, registar e analisar informações válidas e fiáveis” (Sarmento, 2008, p. 8). A realização do presente trabalho sustentou-se nos diferentes métodos de recolha de informação. Numa primeira fase através de análise documental, de seguida pela observação direta e por fim pelo método inquisitivo.

A análise documental permitiu perceber conceitos estruturais do tema em investigação, bem como integrá-los no mesmo como forma de possibilitar uma perceção importante do modelo em causa.

Efetuiu-se uma pesquisa de informação a nível externo e interno sobre o POI, uma vez que é um tema desenvolvido pela GNR, mas também desenvolvido por outras instituições e autores que se dedicam ao estudo do mesmo.

Como tal, a recolha bibliográfica estendeu-se por diversas bibliotecas de Estabelecimento de Ensino Superior.

O método de observação direta retratou-se ao longo do período de estágio de três meses num Comando Territorial.

O método inquisitivo suportou-se através da realização de inquéritos por questionário a uma amostra previamente definida.

6.3. Procedimentos e técnicas

O processo de investigação iniciou-se em fevereiro de 2012, através da pesquisa bibliográfica indispensável para delinear o planeamento de toda a investigação.

Procurou-se ouvir opiniões de vários Oficiais ligados à área das Informações, que através do seu conhecimento acerca do tema, possibilitaram recolha de informação importante para a delimitação de uma linha de investigação da problemática em análise.

Para a recolha de toda a bibliografia necessária para a concretização do TIA recorreu-se à biblioteca do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, da Academia Militar e da Escola da Guarda.

A metodologia de investigação resume-se à observação direta e à aplicação de inquéritos por questionário.

A observação direta possibilitou a perfeita perceção das estruturas organizacionais de um Comando Territorial, bem como a estrutura implementada na área das Informações, o que suscitou o aparecimento de questões que se tentaram responder com a execução do inquérito. O inquérito por questionário foi aplicado a nível nacional aos Comandantes de Comando Territorial, Chefes da SOITRP, Chefes da Secção de investigação Criminal

(SIC) e Comandantes de Destacamento Territorial, de forma a espelhar todos os possíveis intervenientes na aplicação do POI.

A aplicação dos inquéritos por questionário aos Comandos Territoriais deveu-se ao facto de, serem a estrutura orgânica da GNR que desenvolve, através dos Destacamentos Territoriais, o Policiamento de Proximidade e Programas Especiais com o objetivo do combate à criminalidade em geral. Não obstante, de existirem outras unidades da GNR que potencializam a utilização de alguns princípios do POI como a Unidade de Ação Fiscal (UAF), Unidade de Controlo Costeiro (UCC), Unidade Nacional de Trânsito (UNT) ou Unidade de Intervenção (UI), nomeadamente no que respeita ao trabalho desenvolvido nos últimos quatro anos pelo Núcleo de Combate ao Crime Violento (NCCV) do Grupo de Intervenção de Operações Especiais (GIOE), órgão precursor na implementação e prática dos fundamentos do POI na GNR. Apesar de estas realizarem um policiamento tendo em conta as Informações direcionam o seu esforço em termos de recursos humanos e materiais para um tipo de crime muito específico e complexo. O qual não satisfazia as necessidades de investigação levantadas no começo do trabalho.

6.4. Observação Direta

A observação direta teve por base o período de 89 dias passados no Comando Territorial de Viseu, no âmbito do estágio do 18º TPO. Durante esse período observou-se a realidade da GNR em várias vertentes.

Ficou-se a compreender a estrutura orgânica de um Comando Territorial, bem como as funções de cada secção e subunidades na dependência do mesmo. Através do período passado num Destacamento Territorial observou-se a forma de planeamento do policiamento e de que forma as Informações disponíveis influenciam ou não a tomada de decisão do Comandante. Percebeu-se ainda, através do contacto informal com os militares, a sensibilidade para a recolha de notícias e dados, bem como a perceção dos mesmos para a importância de tal tarefa.

A nível de Sistemas obteve-se contacto com o funcionamento e potencialidade do SGO E SIIOP. De salientar, que durante este período foi possível acompanhar a implementação da ferramenta SIG-SIRESP, que equipa as salas de situação dos Comandos Territoriais.

6.5. Investigação Inquéritos por questionário

A metodologia de investigação por inquérito “considera as opiniões de terceiros sobre o objeto que se investiga”, como reforça Sarmento (2008, p. 20).

O inquérito por questionário foi construído tendo em consideração os parâmetros de aplicabilidade levantados na revisão da literatura. Deste modo, procurou-se verificar a existência dos dez parâmetros de aplicabilidade indispensáveis para a concretização do modelo. Só assim, foi possível identificar eventuais mais-valias com a execução do POI. Através das perguntas e afirmações formuladas pretendeu-se, ainda, verificar ou refutar as hipóteses e dar resposta às perguntas formuladas no início da investigação.

Depois da fase da construção, procedeu-se à validação do questionário, teve-se em preocupação alguns princípios que foram escrupulosamente cumpridos. Em primeiro lugar, foi realizada a validação do inquérito por questionário, por parte de especialistas no domínio técnico-científico em investigação e do tema em análise. Antes da aplicação definitiva dos inquéritos por questionário, foi realizado um pré-teste (Apêndice B.2, p.4) a elementos constituintes da amostra, com a finalidade de se proceder à medição do tempo de respostas e efetuar a correção de erros que ainda pudessem subsistir.

Posto isto, foram evitadas ambiguidades, sendo possível a adaptação da estrutura e conteúdo do inquérito (Sarmento, 2008).

6.5. 1. Caracterização da amostra dos Inquéritos por questionário

Tendo em consideração a temática em estudo, optou-se por aplicar um inquérito por questionário aos Oficiais da GNR, mormente sobre os quais a natureza das Informações influencia a tomada de decisão, a aplicação de recursos e o combate à criminalidade. Logo, o estudo incidirá sobre os Comandantes de Comando Territorial, Chefes da SOITRP, Chefes da SIC e Comandantes de Destacamento Territorial.

Pretende-se medir e analisar a sensibilização dos Comandantes Territoriais e Chefes de Secção para a área das Informações, no que concerne à sua importância e influência na tomada de decisão, aplicação de recursos e no combate à criminalidade. Verificar e

analisar o grau de aplicabilidade da atual estrutura de um Comando Territorial com os princípios e estrutura desenvolvida pelo POI.

O inquérito por questionário foi enviado para a população em estudo. Na população inserem-se 135 indivíduos como demonstrado no Apêndice A. Após a receção dos dados, por um período de 30 dias, verificaram-se 94 respostas válidas, o que representa um nível de confiança de 95% e um nível de erro de 5,67.

6.6. Métodos utilizados

O inquérito por questionário foi elaborado e disponibilizado na plataforma *surveymonkey*, no pacote *plus*, este serviço possibilita a capacidade de encriptar a mensagem entre o emissor e o recetor aumentando assim a segurança – *Secure Sockets Layer*.

Procedeu-se posteriormente, ao envio via *e-mail* institucional da GNR do *link*, *pt.surveymonkey.com/s/PoliciamentoOrientadopelasInformacoes*, para preenchimento do inquérito. A análise estatística dos dados recolhidos dos inquéritos foi realizada através de um *Software* estatístico *IBM SPSS*. Para a elaboração de gráficos e tabelas utilizou-se o *Microsoft Word 2010* e o *Microsoft Exel 2010*.

6.7. Síntese

O processo de investigação iniciou-se através da orientação de diversas pessoas experientes e conhecedoras da temática, que sustentada com a análise documental, possibilitou nortear o rumo da pesquisa.

O trabalho prático apoiou-se através da realização de inquéritos por questionário a uma amostra definida, com a finalidade de recolher informação útil para dar resposta às perguntas que originaram a investigação.

No capítulo seguinte expõem-se e analisam-se todos os resultados obtidos com a investigação.

Capítulo 7 – Apresentação, Análise e Discussão dos resultados

7.1. Introdução

No presente capítulo apresentam-se os resultados obtidos da investigação realizada. Através do inquérito por questionário são demonstrados todas as respostas dadas às questões formuladas, efetuando-se a sua devida análise estatística.

7.2. Apresentação, análise e discussão do Inquérito por questionário

7.2.1. Caracterização dos Inquiridos

A população inquirida é constituída por 135 militares, como explicado no apêndice A, contudo apenas foram obtidos 101 questionários, o que constitui uma percentagem de devolução de 74,81%. Dos questionários rececionados anularam-se sete por não terem completado o questionário. Assim, foram considerados válidos 94 questionários, o que corresponde a uma taxa de resposta de 69,63% da população.

Todos os indivíduos da população inquirida pertencem à categoria profissional de Oficiais, a desempenhar funções de Comando e Chefia, como: Comandantes de Comando Territorial, Chefes da SOITRP, Chefes da SIC e Comandantes de Destacamento Territorial.

A caracterização da amostra obteve-se através da descrição de cada inquirido em termos de idade, género, funções atuais, posto e habilitações literárias. Para além da análise que se irá apresentar de seguida, o Apêndice B (p.3) contém informações complementares da caracterização do objeto em estudo, sendo elencados os resultados obtidos através da plataforma digital *surveymonkey* e do programa estatístico *SPSS*.

No que diz respeito à idade, o grupo mais representativo é o de 30 e os 34 anos (Figura 5), o que representa uma percentagem de 36%, a segunda classe mais expressiva é a de mais de 40 anos, com 23%. De seguida com percentagens similares vem o grupo de 25 a 29 anos e 35 a 40 anos, com 19% e 12% e por fim o grupo com menor expressão é o

grupo de indivíduos que possuem menos de 25 anos com apenas 10%. Como demonstra o apêndice B.4.2, através da tabela 30, do total dos militares respondentes, 90 são do sexo masculino e 4 do sexo feminino correspondendo a 96% e 4% respectivamente (Figura 6).

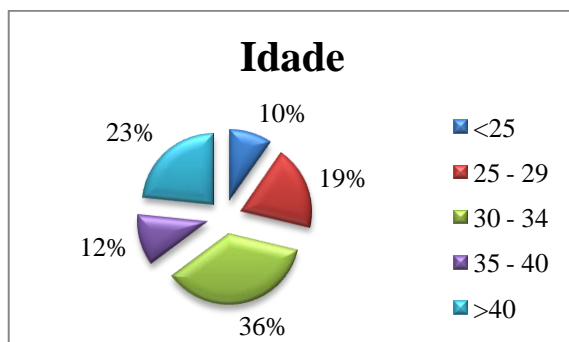


Figura 5 - Distribuição do nível etário da amostra em %

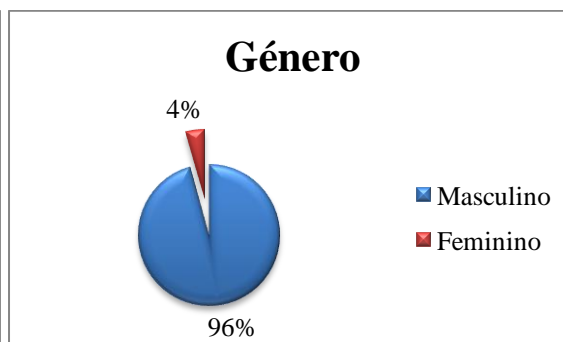


Figura 6 - Distribuição do gênero em %

De seguida, efetua-se a caracterização da amostra pelas funções desempenhadas atualmente, apêndice B.4.3, tabela 31. Como se pode observar através da figura 7, a maioria dos inquiridos, ou seja, 71% da amostra, correspondente a 67 indivíduos desempenham funções de Comandantes de Destacamento Territorial. De seguida, as funções de Chefe da SIC e Chefe da SOITRP com 13% e 10% respectivamente, sendo que a função com menos representatividade é a de Comandante de Comando Territorial, com 6%.

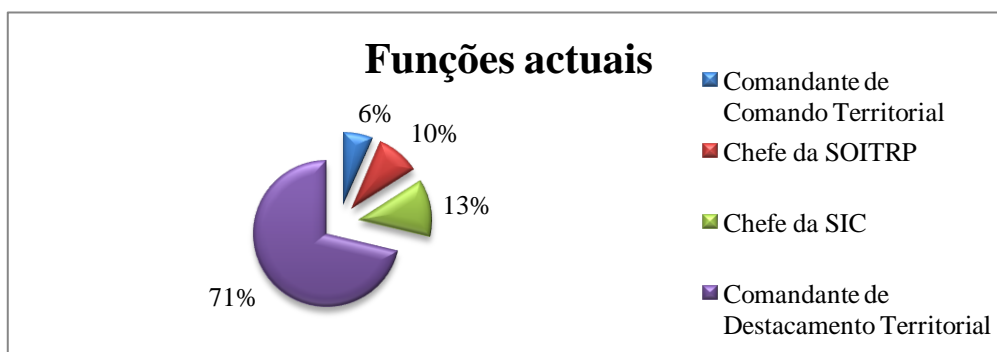


Figura 7 - Distribuição das funções da amostra em %

Quanto ao Posto, como demonstrado pelo Figura 8, complementado com a tabela 32 do apêndice B.4.4, o que obteve mais expressão foi o posto de Capitão com 50%, de seguida o posto de Alferes e Tenente-coronel, com 19% e 17 %. Os 7% correspondem ao posto de tenente, de seguida do posto de Coronel com 5% e o posto com menor expressão foi o de Major apenas com 2% da amostra. A Figura 9 – Distribuição das habilitações da amostra complementado pela tabela 33, do apêndice B.4.5, mostra a caracterização da

amostra em termos de habilitações literárias. Consegue-se observar que a maioria dos inquiridos, 57% possui licenciatura, de seguida de mestrado com 35%. De referir que não existiu qualquer inquirido com o grau académico de doutoramento, como representado por 0%.

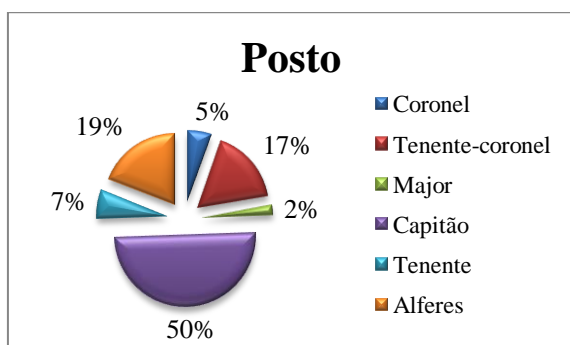


Figura 8 - Distribuição do Posto da amostra em %

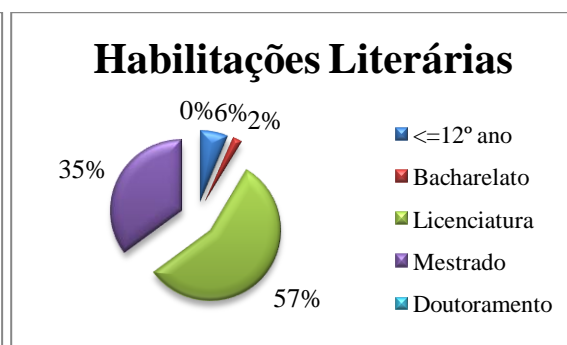


Figura 9 - Distribuição das habilitações da amostra em %

7.2.2. Análise e discussão dos resultados das respostas dos inquiridos

No questionário, como representado pelo apêndice B.3 (p.10) no grupo dois do mesmo, pretendia-se perceber a perceção do inquirido sobre o tema, medir o seu grau de conhecimento e como obteve esse conhecimento.

As tabelas 34, 35 e 36, do apêndice B.5, efetuam um complemento à análise realizada de seguida.

Através da pergunta 6 do questionário em que se interrogava os inquiridos sobre se estavam familiarizados com o tema obteve-se os seguintes resultados espelhados na Figura 10. Existiram 66 indivíduos, ou seja, 70,21% do total dos inquiridos, que demonstraram estar familiarizados com o tema. Restando 28, ou seja 29,79%, que estabeleceram contacto com o POI pela primeira vez.

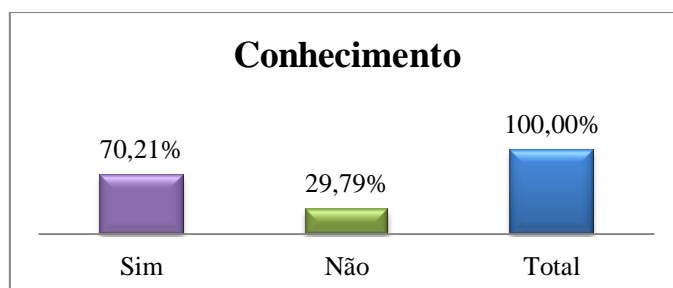


Figura 10 - Distribuição da familiarização do tema em %

Dos 66 inquiridos que detinham conhecimento sobre o tema, cerca de 64% dos inquiridos consideram-se moderadamente conhecedores sobre o tema (figura11), 18% muito conhecedores, uma percentagem de cerca de 5% extremamente conhecedores e uma percentagem de apenas de 14% que responderam que eram pouco conhecedores do assunto.

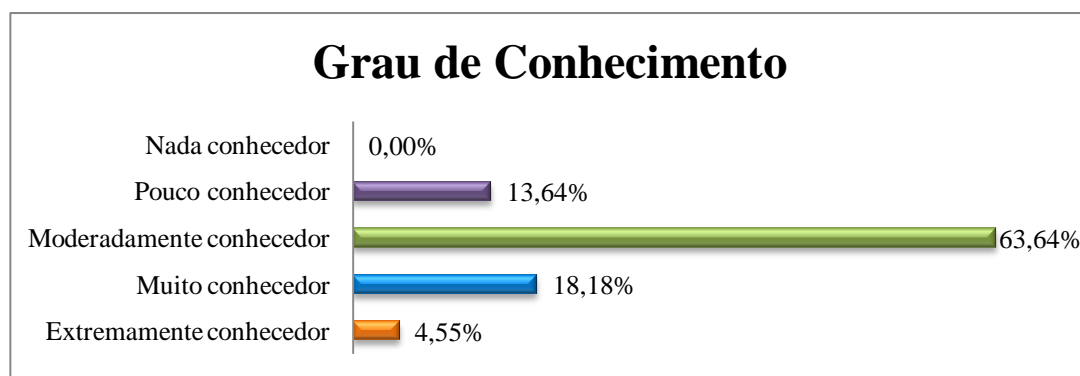


Figura 11 - Distribuição do grau de conhecimento em %

De seguida, através da pergunta 8, pretendia-se perceber de onde surgiu o conhecimento sobre o tema. Na formulação da pergunta, colocou-se à disposição algumas opções de resposta que permitiram ao inquirido a escolha de múltiplas respostas.

Relativamente à obtenção de conhecimento sobre a temática, como demonstrado pela figura 12, a opção escolhida mais vezes foi GNR Formação. Destaca-se, através desta análise a aposta da GNR na formação dos seus quadros sobre a temática. Segue-se, os livros e revistas com 25, seguido de internet, outras instituições e outros.

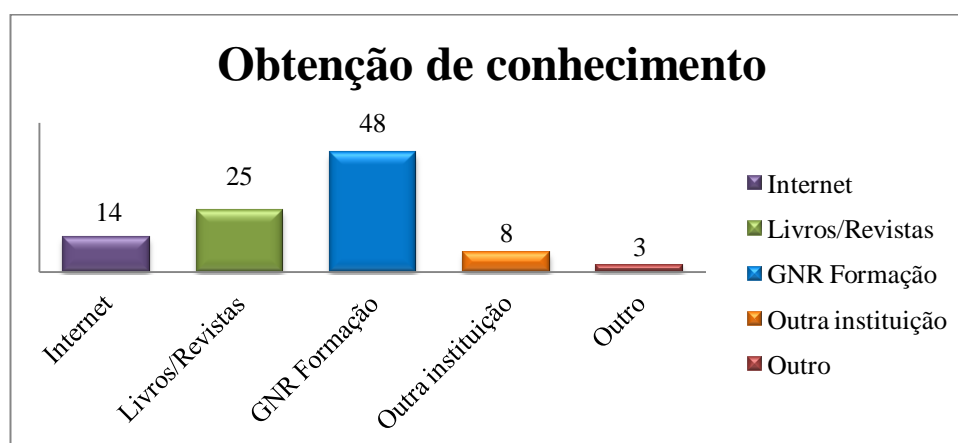


Figura 12 - Frequência do local de obtenção de conhecimento

No grupo dois do questionário, apêndice B.3, pretende-se medir o grau de concordância dos inquiridos através das 26 afirmações apresentadas. Verificando e analisando o grau de aplicabilidade da atual estrutura de um Comando Territorial com os princípios e estrutura desenvolvida pelo POI.

Através do *software* de análise estatística *SPSS*, efetuou-se o teste de Alfa de *Cronbach*, apêndice B.6, com o objetivo de verificar a consistência e fiabilidade das vinte e seis perguntas avaliativas do grau de concordância com as afirmações. Resultou um nível de $\alpha=0,864$, valor que segundo Hill & Hill (2012), indica uma boa fiabilidade.

Todas as respostas dos inquiridos foram obtidas com base na mesma escala, sendo que os mesmos avaliam o seu grau de concordância com as afirmações através das premissas expostas no quadro seguinte.

Quadro 4 - Escala de níveis do inquérito

1	Discordo Totalmente (DT)
2	Discordo Muito (DM)
3	Discordo (D)
4	Nem Concordo Nem Discordo (NCND)
5	Concordo (C)
6	Concordo Muito (CM)
7	Concordo Totalmente (CT)

Os resultados obtidos através da análise estatística efetuada, tais como: média, desvio padrão, moda, mediana, máximo e mínimo serão ilustrados nas tabelas inseridas junto a cada afirmação. Estas tabelas para além da análise estatística efetuada contêm a percentagem correspondente ao nível, com base na percentagem de cada item, e ainda, a percentagem da soma dos níveis DT, DM, D (discordância) e dos níveis C, CM, CT (concordância).

A tabela 1 integra as respostas tendo por base a afirmação nº1: **O Policiamento orientado pelas Informações é desenvolvido por toda a organização.**

Tabela 1 - Frequência, % e estatística descritiva das respostas à afirmação nº1

	Desenvolvimento do POI			Estatística descritiva					
Níveis	Frequência	%	Soma	Média	Mediana	Moda	D.P	Min.	Max.
DT	7	8%	44%	4	4	3	1,51	1	7
DM	3	3 %							
D	31	33%							
NCND	15	16%	Neutro						
C	22	23%	40%						
CM	12	13%							
CT	4	4%							
Total	94	100 %							

Analisando as respostas dos inquiridos é possível verificar que, nesta afirmação, os resultados foram divididos, 44% discordam com o facto de o POI ser desenvolvido por toda a organização, 40% defendem o oposto; 16% dos inquiridos NCND com a afirmação. Esta divisão de opiniões é reforçada pelo valor da média quatro (NCND) e através de um desvio padrão alto ($s=1,51$) o que demonstra a grande dispersão que gere a falta de consenso na afirmação nº1.

A tabela 2 apresenta as respostas da afirmação nº2: **O Policiamento Orientado pelas Informações é desenvolvido de forma fragmentada em algumas unidades especializadas.**

Tabela 2 - Frequência, % e estatística descritiva das respostas à afirmação nº2

	Desenvolvimento do POI			Estatística descritiva					
Níveis	Frequência	%	Soma	Média	Mediana	Moda	D.P	Min.	Max.
DT	0	0%	21%	4,49	5	5	1,19	2	7
DM	7	7%							
D	13	14%							
NCND	18	19%	Neutro						
C	42	45%	60%						
CM	11	12%							
CT	3	3%							
Total	94	100%							

Como perceptível através dos valores apresentados pela tabela, 60% dos inquiridos defendem que o POI é desenvolvido pontualmente em algumas unidades específicas, a média nesta afirmação situou-se em $x_m=4$ (NCND), obtendo um $s=1,19$.

A tabela 3 integra as respostas tendo por base a afirmação nº3: **Existe uma estrutura de Comando e Apoio periodicamente informada.**

Tabela 3 - Frequência, % e estatística descritiva das respostas à afirmação nº3

	Periodicidade da informação			Estatística descritiva					
Níveis	Frequência	%	Soma	Média	Mediana	Moda	D.P	Min.	Max.
DT	2	2%	33%	4,15	5	5	1,33	1	6
DM	11	12%							
D	18	19%							
NCND	16	17%	Neutro						
C	34	36%	50%						
CM	13	14%							
CT	0	0%							
Total	94	100 %							

No que diz respeito à periodicidade em que é disponibilizada informação à estrutura de Comando e Apoio, existiram 50% de respostas que concordaram com a afirmação. A opor-se a esta opinião, 33% dos inquiridos defenderam que não existe uma estrutura de Comando e Apoio que seja periodicamente informada. A média na afirmação nº3 é de $x_m=4$ (NCND) e um desvio padrão de $s=1,51$ o que demonstra alguma dispersão de respostas em relação à média obtida.

A tabela 4 integra as respostas tendo por base a afirmação nº4: **O período em que é disponibilizada a informação é adequado para o Comando e Chefia.**

Tabela 4 - Frequência, % e estatística descritiva das respostas à afirmação nº4

	Pertinência do período			Estatística descritiva					
Níveis	Frequência	%	Soma	Média	Mediana	Moda	D.P	Min.	Max.
DT	3	3%	55%	3,62	3	3	1,25	1	6
DM	12	13%							
D	37	39%							
NCND	15	16%	Neutro						
C	20	21%	29%						
CM	7	8%							
CT	0	0%							
Total	94	100 %							

Quanto à adequação do período em que a informação é disponibilizada ao Comando e Chefia, existiu um grande número de indivíduos que discordaram 55%, ou seja os períodos em que a informação é disponibilizada não se constituem como os mais oportunos. A média $x_m=3,62$, situou-se entre o C e NCND. O desvio padrão mais uma vez demonstrou alguma dispersão das respostas $s=1,25$. Por isso, pode afirmar-se que existiu discordância relativamente à adequação com que a informação é disponibilizada ao Comando e Chefia.

A tabela 5 integra as respostas tendo por base a afirmação nº5: **Existem reuniões de nível estratégico periodicamente.**

Tabela 5 - Frequência, % e estatística descritiva das respostas à afirmação nº5

	Periodicidade das reuniões de nível estratégico			Estatística descritiva					
Níveis	Frequência	%	Soma	Média	Mediana	Moda	D.P	Min.	Max.
DT	8	9%	51%	3,64	3	3	1,44	1	7
DM	10	10%							
D	30	32%							
NCND	16	17%	Neutro						
C	21	22%	32%						
CM	8	9%							
CT	1	1%							
Total	94	100 %							

Quanto a esta variável, 51% dos respondentes discordam com a periodicidade com que existem reuniões estratégicas na GNR. O põem-se 32% dos inquiridos que concordam com a frequência das reuniões. $x_m=3,64$, representa a média obtida nesta afirmação, correspondendo a um $s=1,44$. Sendo assim pode-se afirmar que não existe uma concordância por parte dos inquiridos quanto à periodicidade das reuniões de cariz estratégico efetuadas.

A tabela 6 integra as respostas tendo por base a afirmação nº6: **Existem reuniões de nível tático periodicamente.**

Tabela 6 - Frequência, % e estatística descritiva das respostas à afirmação nº6

	Periodicidade das reuniões de nível tático			Estatística descritiva					
Níveis	Frequência	%	Soma	Média	Mediana	Moda	D.P	Min.	Max.
DT	6	6%	40%	3,97	4	5	1,51	1	7
DM	11	12%							
D	21	22%							
NCND	12	13%	Neutro						
C	33	35%	47%						
CM	8	9%							
CT	3	3%							
Total	94	100 %							

Efetua-se agora a análise quanto às reuniões de nível tático realizadas pelos Comandos Territoriais. Quanto a esta variável, as respostas foram divididas como reforça a média obtida $x_m=3,97$ (NCND) e o desvio padrão alto $s=1,51$. 47% dos inquiridos

concordaram com a periodicidade das reuniões de nível tático enquanto que 40% contrapõem essa opinião. Assim sendo, quanto a esta variável, não se pode tirar conclusões.

A tabela 7 integra as respostas tendo por base a afirmação nº7: **O Comando Territorial possui uma estrutura de Informações.**

Tabela 7 - Frequência, % e estatística descritiva das respostas à afirmação nº7

	Existência de uma estrutura de Informações			Estatística descritiva					
Níveis	Frequência	%	Soma	Média	Mediana	Moda	D.P	Min.	Max.
DT	2	2	10%	4,95	5	5	1,13	1	7
DM	1	1%							
D	7	7%							
NCND	11	12%	Neutro						
C	46	49%	78%						
CM	23	25%							
CT	4	4%							
Total	94	100 %							

No que diz respeito, à existência de uma estrutura de informações nos Comandos Territoriais, cerca de 80% concordaram com a afirmação tendo-se verificado apenas 10% de respostas contrárias. A média concretizou-se no nível cinco CM, efetivando um $s=1,13$. Analisando-se todos estes valores poderá comprovar-se que existe uma estrutura de Informações definida na orgânica os Comandos Territoriais.

A tabela 8 integra as respostas tendo por base a afirmação nº8: **Existe uma cultura de recolha de notícias por parte dos militares.**

Tabela 8 - Frequência, % e estatística descritiva das respostas à afirmação nº8

	Cultura de recolha de notícias			Estatística descritiva					
Níveis	Frequência	%	Soma	Média	Mediana	Moda	D.P	Min.	Max.
DT	4	4%	39%	4,15	4	3	1,45	1	7
DM	6	6%							
D	27	29%							
NCND	13	14%	Neutro						
C	25	27%	47%						
CM	17	18%							
CT	2	2%							
Total	94	100 %							

Com esta variável tentou-se perceber entendimento dos Comandantes sobre a cultura de recolha de notícias por parte dos militares do dispositivo. A existência dessa

cultura não ficou provada através dos dados rececionados, uma vez que existiu uma aproximação de valores dos inquiridos que concordaram (47%), com os que discordaram (39%). A média de resposta situou-se no nível quatro (NCND). O desvio padrão foi de $s=1,25$ o que denota a dispersão das repostas dos inquiridos.

A tabela 9 integra as respostas tendo por base a afirmação nº9: **Os produtos de Informação influenciam a tomada de decisão do Comandante**

Tabela 9 - Frequência, % e estatística descritiva das respostas à afirmação nº9

	Influência dos produtos de Informação			Estatística descritiva					
Níveis	Frequência	%	Soma	Média	Mediana	Moda	D.P	Min.	Max.
DT	0	0%	2%	5,86	6	7	1,022	3	7
DM	0	0%							
D	2	2%							
NCND	6	7%	Neutro						
C	26	28%	91%						
CM	29	31%							
CT	31	32%							
Total	94	100 %							

Nesta afirmação, acerca do facto dos produtos de informação influenciarem a tomada de decisão do Comandante, obtiveram-se 91% de indivíduos que mostram a sua concordância. A média obtida foi elevada colocou-se no nível 6 (CM). A dispersão das respostas dos inquiridos foi reduzida, $s=1,02$.

A tabela 10 integra as respostas tendo por base a afirmação nº10: **Com informações, devidamente tratadas, o Comandante realiza uma melhor gestão dos recursos materiais e humanos.**

Tabela 10 - Frequência, % e estatística descritiva das respostas à afirmação nº10

	Gestão de recursos			Estatística descritiva					
Níveis	Frequência	%	Soma	Média	Mediana	Moda	D.P	Min.	Max.
DT	0	0%	2%	6,34	7	7	0,899	3	7
DM	0	0%							
D	2	2%							
NCND	1	1%	Neutro						
C	12	13%	97%						
CM	27	29%							
CT	52	55%							
Total	94	100 %							

Tal como a afirmação anterior, também existiu uma clara concordância com o facto de, com Informações oportunas o Comandante efetua uma melhor gestão dos recursos

materiais e humanos. A percentagem de concordância situou-se nos 97%, como comprovado pelo valor obtido pela média (CM) e o baixo desvio padrão, demonstrando claramente a pouca dispersão existente.

A tabela 11 integra as respostas tendo por base a afirmação nº11: **O Comandante de Destacamento Territorial deve efetuar o planeamento do Policiamento, tendo em conta as informações disponíveis.**

Tabela 11 - Frequência, % e estatística descritiva das respostas à afirmação nº11

	Planeamento do Policiamento			Estatística descritiva					
Níveis	Frequência	%	Soma	Média	Mediana	Moda	D.P	Min.	Max.
DT	1	1%	1%	6,04	6	7	0,972	1	7
DM	0	0%							
D	0	0%							
NCND	1	1%	Neutro						
C	24	26%	98%						
CM	33	35%							
CT	35	37%							
Total	94	100 %							

Obtiveram-se 98% de respostas positivas na afirmação nº11, ou seja, inequivocamente que para os inquiridos é essencial que o Comandante de Destacamento Territorial efetue o planeamento do Policiamento tendo em consideração as informações disponíveis. Os valores da média ($x_m=6$) e do desvio padrão reforçam a ideia referida anteriormente, ($s=0,97$).

A tabela 12 integra as respostas tendo por base a afirmação nº12: **São realizadas ações de prevenção tendo em conta as Informações disponíveis.**

Tabela 12 - Frequência, % e estatística descritiva das respostas à afirmação nº12

	Realização de ações de prevenção			Estatística descritiva					
Níveis	Frequência	%	Soma	Média	Mediana	Moda	D.P	Min.	Max.
DT	0	0%	2%	5,65	6	5	0,947	3	7
DM	1	1%							
D	1	1%							
NCND	3	4%	Neutro						
C	39	41%	94%						
CM	31	33%							
CT	19	20%							
Total	94	100 %							

Pretendia-se perceber a importância das informações disponíveis no planeamento e execução das ações de prevenção e fiscalização. Esta variável obteve 94% de concordância

por parte dos inquiridos, Podendo concluir-se que não existem dúvidas quanto à importância das informações para planejar e executar ações de prevenção e fiscalização eficazes. Mais uma vez a média foi alta (CM) complementada por um desvio padrão baixo.

A tabela 13 integra as respostas tendo por base a afirmação nº13: **São realizadas ações de fiscalização tendo em conta as informações disponíveis.**

Tabela 13 - Frequência, % e estatística descritiva das respostas à afirmação nº13

	Realização de ações de fiscalização			Estatística descritiva					
Níveis	Frequência	%	Soma	Média	Mediana	Moda	D.P	Min.	Max.
DT	0	0%	5%	5,63	6	5	1,04	1	7
DM	1	1%							
D	4	4%							
NCND	2	3%	Neutro						
C	34	36%	92%						
CM	34	36%							
CT	19	20%							
Total	94	100 %							

Também nas ações de fiscalização a desenvolver pelos Destacamentos Territoriais ficou evidente que para se desenvolver um bom planeamento e uma boa operação terá de se considerar as informações disponíveis. À semelhança da afirmação precedente existiu um grau de concordância de 92%.

A tabela 14 integra as respostas tendo por base a afirmação nº14: **A formação na área das Informações foi adequada para o desempenho da minha atividade diária.**

Tabela 14 - Frequência, % e estatística descritiva das respostas à afirmação nº14

	Formação em Informações			Estatística descritiva					
Níveis	Frequência	%	Soma	Média	Mediana	Moda	D.P.	Min.	Max.
DT	4	4%	40%	4,1	4	3	1,49	2	7
DM	7	7%							
D	27	29%							
NCND	18	20%	Neutro						
C	17	18%	40%						
CM	18	19%							
CT	3	3%							
Total	94	100 %							

Realçou-se uma evidente divisão na resposta a esta variável. Os níveis de concordância e discordância foram iguais atingindo o valor de 40%. A média situou-se no nível quatro (NCND). Logo, como a população inquirida desempenha funções, como demonstrado na figura 7 – Distribuição das funções da amostra, em que é indispensável

uma formação nesta área era previsível uma clara concordância com a variável, o que se não verificou.

A tabela 15 integra as respostas tendo por base a afirmação nº15: **Atualmente, a Secção de Operações Informações Treino e Relações Públicas (SOITRP) é capaz de produzir produtos informacionais de qualidade.**

Tabela 15 - Frequência, % e estatística descritiva das respostas à afirmação nº15

	Capacidade da SOITRP			Estatística descritiva					
Níveis	Frequência	%	Soma	Média	Mediana	Moda	D.P	Min.	Max.
DT	4	4%	39%	4,06	4	3	1,4	2	7
DM	7	7%							
D	26	28%							
NCND	16	17%	Neutro						
C	25	27%	44%						
CM	15	16%							
CT	1	1%							
Total	94	100 %							

A SOITRP, caracterizando-se como o órgão orgânico do Comando Territorial responsável pela área das informações, tem capacidade de produzir produtos informacionais de qualidade. Esta ideia foi defendida por 44% dos inquiridos entrando em oposição os 39% que discordaram com a mesma. Cerca de 17% dos inquiridos NCND. A média situou-se no $x_m=4,06$ (NCND) e o desvio padrão em $s=1,25$.

A tabela 16 integra as respostas tendo por base a afirmação nº16: **A SOITRP possui profissionais (analistas) com formação adequada na área das Informações.**

Tabela 16 - Frequência, % e estatística descritiva das respostas à afirmação nº16

	Formação dos militares da SOITRP			Estatística descritiva					
Níveis	Frequência	%	Soma	Média	Mediana	Moda	D.P	Min.	Max.
DT	9	10%	39%	3,89	4	3	1,51	1	7
DM	5	5%							
D	23	24%							
NCND	23	25%	Neutro						
C	21	22%	36%						
CM	10	11%							
CT	3	3%							
Total	94	100 %							

É perceptível, analisando-se os dados da tabela 16, que existiu uma divisão de opiniões, no que diz respeito aos quadros orgânicos da SOITRP. Para 36% dos inquiridos a SOITRP possui profissionais com formação adequada na área das informações

contrapondo-se os 39% que discordam desta ideia. A média situou-se no nível NCND e o desvio padrão foi elevado.

A tabela 17 integra as respostas tendo por base a afirmação nº17: **A Secção de Investigação Criminal (SIC) identifica focos de infratores na zona de ação do Comando Territorial.**

Tabela 17 - Frequência, % e estatística descritiva das respostas à afirmação nº17

	Identificação de infratores pela SIC			Estatística descritiva					
Níveis	Frequência	%	Soma	Média	Mediana	Moda	D.P	Min.	Max.
DT	4	4%	31%	4,47	5	5	1,486	1	7
DM	3	3%							
D	22	24%							
NCND	11	11%	Neutro						
C	30	33%	58%						
CM	18	19%							
CT	6	6%							
Total	94	100 %							

A SIC, como reforça, a resposta dos inquiridos realiza a identificação de focos de infratores na zona de ação do Comando Territorial. 58% dos inquiridos defendem esta posição. No entanto, existiram 31% dos inquiridos que discordam com a afirmação. A média foi de $x_m=4,47$ (NCND).

A tabela 18 integra as respostas tendo por base a afirmação nº18: **A SIC define alvos prioritários de combate à criminalidade.**

Tabela 18 - Frequência, % e estatística descritiva das respostas à afirmação nº18

	Definição de alvos prioritários pela SIC			Estatística descritiva					
Níveis	Frequência	%	Soma	Média	Mediana	Moda	D.P	Min.	Max.
DT	3	3%	39%	4,13	4	3	1,43	1	7
DM	7	7%							
D	27	29%							
NCND	16	17%	Neutro						
C	23	24%	44%						
CM	15	17%							
CT	3	3%							
Total	94	100 %							

Esta função desempenhada pela SIC não reuniu consenso entre os inquiridos. 44% concorda que a SIC define alvos prioritários de combate à criminalidade enquanto que 39% discordam.

A tabela 19 integra as respostas tendo por base a afirmação nº19: **A SIC focaliza o seu esforço na investigação proativa, orientada para crimes suscetíveis de resultarem detenções.**

Tabela 19 - Frequência, % e estatística descritiva das respostas à afirmação nº19

	Focalização do esforço para a investigação proativa			Estatística descritiva					
Níveis	Frequência	%	Soma	Média	Mediana	Moda	D.P	Min.	Max.
DT	4	4%	36%	4,09	4	3	1,4	1	7
DM	6	6%							
D	24	26%							
NCND	24	26%	Neutro						
C	18	19%	38%						
CM	16	17%							
CT	2	2%							
Total	94	100 %							

No que concerne à investigação proativa levada a cabo pela SIC, orientada para os crimes suscetíveis de resultarem detenções as repostas foram divididas. Enquanto 36% demonstram a sua discordância, 38% demonstram o contrário. De realçar que a percentagem alcançada pelo nível NCND foi elevado com 26% das respostas. A média registada foi de $x_m=4,09$, e o desvio padrão de $s=1,4$.

A tabela 20 integra as respostas tendo por base a afirmação nº20: **O Sistema Integrado de Informações Operacionais Policiais (SIIOP) é uma plataforma digital capaz de sustentar a partilha de informações pelo dispositivo.**

Tabela 20 - Frequência, % e estatística descritiva das respostas à afirmação nº20

	Partilha de Informações pelo SIIOP			Estatística descritiva					
Níveis	Frequência	%	Soma	Média	Mediana	Moda	D.P	Min.	Max.
DT	15	16%	40%	3,66	4	4	1,68	1	7
DM	12	13%							
D	10	11%							
NCND	24	25%	Neutro						
C	21	22%	35%						
CM	10	11%							
CT	2	2%							
Total	94	100 %							

As afirmações 20 e 21 pretendiam perceber a operacionalidade do SIIOP, no que diz respeito à difusão e partilha de informações entre unidades da GNR. As respostas foram divididas quanto à partilha de informação. Discordaram 40% com o facto de no

momento o SIIOP ser capaz de sustentar a partilha de informações pelo dispositivo. 35% Concordaram e 25% NCND. A média $x_m=3,66$, situou-se entre o D e NCND. O desvio padrão elevado ficou no $s=1,68$. Por isso, pode confirmar-se que existiu uma divisão de opiniões no que diz respeito a esta afirmação.

A tabela 21 integra as respostas tendo por base a afirmação nº21: **O SIIOP é uma plataforma digital capaz de sustentar a difusão de informações pelo dispositivo.**

Tabela 21 - Frequência, % e estatística descritiva das respostas à afirmação nº21

	Difusão de Informações pelo SIIOP			Estatística descritiva					
Níveis	Frequência	%	Soma	Média	Mediana	Moda	D.P	Min.	Max.
DT	15	16%	41%	3,6	4	4	1,61	1	7
DM	11	12%							
D	12	13%							
NCND	26	27%	Neutro						
C	20	21%	32%						
CM	9	10%							
CT	1	1%							
Total	94	100 %							

Quanto à capacidade de difusão, as respostas foram idênticas às da afirmação anterior. 41% dos inquiridos demonstraram a sua discordância com a afirmação, enquanto que, 32% concordaram com a mesma e 27% dos inquiridos NCND. Estas opiniões, que demonstram uma divergência de pareceres poderão ser justificadas pelas limitações do SIIOP e pelo Sistema ainda não estar completamente implementado por todo o dispositivo.

A tabela 22 integra as respostas tendo por base a afirmação nº22: **O Sistema de Gestão Operacional (SGO) permite concretizar ações de planeamento, comando e controlo da atividade operacional.**

Tabela 22 - Frequência, % e estatística descritiva das respostas à afirmação nº22

	Concretização de ações de Planeamento, comando e controlo			Estatística descritiva					
Níveis	Frequência	%	Soma	Média	Mediana	Moda	D.P	Min.	Max.
DT	5	5%	34%	4	4	5	1,26	1	6
DM	5	5%							
D	22	24%							
NCND	22	24%	Neutro						
C	33	35%	42%						
CM	7	7%							
CT	0	0%							
Total	94	100 %							

O SGO caracteriza-se como uma importante ferramenta de apoio à tomada de decisão do Comandante, pretendeu-se perceber as concepções dos inquiridos quer sobre as potencialidades como limitações do sistema. Tendo em consideração a afirmação nº23, obtiveram-se os seguintes resultados. Concordam 42% com o facto de o SGO ser uma ferramenta que apoia a concretização de ações de planeamento, comando e controlo da atividade operacional. Contrapondo, 34% dos inquiridos evidenciaram discordância com a afirmação, 24% dos mesmos, NCND com a afirmação apresentada.

A tabela 23 integra as respostas tendo por base a afirmação nº23: **O SGO permite trocas de informações em tempo real.**

Tabela 23 - Frequência, % e estatística descritiva das respostas à afirmação nº23

	Capacidade do SGO			Estatística descritiva					
Níveis	Frequência	%	Soma	Média	Mediana	Moda	D.P	Min.	Max.
DT	4	4%	25%	4,31	5	5	1,34	1	7
DM	4	4%							
D	16	17%							
NCND	20	22%	Neutro						
C	39	42%	53%						
CM	6	6%							
CT	5	5%							
Total	94	100 %							

Quanto à possibilidade de existir trocas de informação em tempo real, 53% concordaram com esta potencialidade do SGO. Já 25% evidenciaram a sua discordância, existindo uma percentagem de 22% de posições neutras.

A tabela 24 integra as respostas tendo por base a afirmação nº24: **O SGO deverá alargar o seu âmbito de funcionalidades.**

Tabela 24 - Frequência, % e estatística descritiva das respostas à afirmação nº24

	Alargamento de funcionalidades no SGO			Estatística descritiva					
Níveis	Frequência	%	Soma	Média	Mediana	Moda	D.P	Min.	Max.
DT	2	2%	12%	5,02	5	5	1,38	1	7
DM	2	2%							
D	7	8%							
NCND	19	20%	Neutro						
C	31	33%	68%						
CM	17	18%							
CT	16	17%							
Total	94	100 %							

Para finalizar o leque de afirmações sobre o SGO pretendia-se perceber se era necessário alargar o rol de funcionalidades do sistema. Já os resultados reforçaram a necessidade de se proceder ao alargamento de funcionalidades do SGO, como sustentado através dos 68% que evidenciaram a sua concordância com a variável, quer pela média $x_m=5$ (CM), quer pelo valor apresentado pelo desvio padrão.

A tabela 25 integra as respostas tendo por base a afirmação nº25: **O SIG-SIRESP é uma ferramenta de apoio à tomada de decisão.**

Tabela 25 - Frequência, % e estatística descritiva das respostas à afirmação nº25

	Apoio à tomada de decisão pela aplicação SIG-SIRESP			Estatística descritiva					
Níveis	Frequência	%	Soma	Média	Mediana	Moda	D.P	Min.	Max.
DT	2	2%	8%	5,43	6	5	1,34	1	7
DM	2	2%							
D	3	4%							
NCND	10	10%	Neutro						
C	28	30%	82%						
CM	28	30%							
CT	21	22%							
Total	94	100 %							

Quanto à aplicação SIG-SIRESP que está a ser implementada nas salas de situação dos Comandos Territoriais pretendia-se apreender a capacidade da mesma, em se constituir como uma mais-valia no processo de tomada de decisão. As respostas comprovaram a concordância existente com a variável, com 82% de respostas positivas. Sendo a média $x_m=5,43$, situando-se entre o C e CM. Por isso, pode afirmar-se que existiu concordância relativamente ao apoio prestado na tomada de decisão.

A tabela 26 integra as respostas tendo por base a afirmação nº26: **O SIG-SIRESP é uma aplicação que permite reduzir os tempos de intervenção.**

Tabela 26 - Frequência, % e estatística descritiva das respostas à afirmação nº26

	Redução de tempos de intervenção pela SIG-SIRESP			Estatística descritiva					
Níveis	Frequência	%	Soma	Média	Mediana	Moda	D.P	Min.	Max.
DT	3	3%	7%	5,33	5,5	6	1,38	1	7
DM	1	1%							
D	3	3%							
NCND	14	15%	Neutro						
C	26	28%	78%						
CM	28	30%							
CT	19	20%							
Total	94	100 %							

A aplicação SIG-SIRESP é uma aplicação que através das suas funcionalidades permite a redução dos tempos de intervenção como reforçado pelos resultados recolhidos. Sustentaram esta afirmação 78%. A média $x_m=5,33$, situou-se entre o C e CM. O desvio padrão mais uma vez demonstrou pouca dispersão das respostas $s=1,38$. Por isso, conclui-se que existiu concordância relativamente a esta potencialidade da aplicação SIG-SIRESP.

Para complementar a análise já realizada, foi ainda efetuada, conforme disposto na figura 14 e tabela 38 do apêndice B.6.2, uma análise das médias das respostas pelos inquiridos, devidamente ordenadas tendo em consideração a média obtida do grupo de respostas e a média da escala. A tabela 38 evidencia o estudo de correlações através do coeficiente de correlação linear de *Pearson*. Este dado analisa o nível de correlações entre as várias questões, e é apresentado de “-1 a 1”. Quanto mais próximo do “1” maior correlação direta existe e do -1 maior correlação inversa existe, valores próximos do 0 demonstra inexistência de qualquer correlação. Ao calcular estes valores eles surgem associados a um indicador de fiabilidade representado pelos asteriscos, em que um asterisco corresponde a um nível de significância de 0,05, e dois correspondem a um nível de 0,01. Logo, como assinalado na tabela 27, que evidencia apenas as variáveis que obtiveram correlações significativas, pode graduar-se a ordem de maior correlação da seguinte forma. Valores superiores a 0,70 ou inferiores a -0,70 correspondem a uma forte correlação foram identificados pela cor verde. Valores compreendidos entre 0,50 e 0,70 e entre -0,5 e -0,70 correspondem a uma correlação moderada foram identificados pela cor amarela.

Tabela 27 - Correlação de Pearson entre as variáveis relevantes

	V.3	V.4	V.5	V.7	V.9	V.12	V.15	V.17	V.18	V.20	V.22	V.25
V.4	,687**											
V.5	,542**	,561**										
V.6	,524**	,443**	,557**									
V.7	,536**	,395**	,293**									
V.9	,126	,201*	,010	,096								
V.10	,128	,098	,038	,240**	,625**							
V.13	,158	,278**	,089	,111	,478**	,774**						
V.15	,629**	,588**	,342**	,544**	,261**	,276**						
V.17	,422**	,392**	,297**	,380**	,319**	,263**	,712**					
V.18	,363**	,345**	,169	,337**	,269**	,160	,627**	,786**				
V.19	,414**	,361**	,207*	,227*	,241**	,144	,553**	,666**	,803**			
V.21	,064	,088	,104	-,113	-,146	,012	,059	,080	,032	,842**		
V.23	,161	,195*	,072	,104	,284**	,012	,224*	,205*	,186*	,265**	,580**	
V.26	,173*	,198*	,066	,067	,208*	,012	,144	,176*	,196*	,245**	,204*	,919**

Como se pode observar, as variáveis que apresentam uma correlação forte são: A realização de ações de prevenção e fiscalização tendo em conta as informações disponíveis; Capacidade da SOITRP com a identificação de infratores pela SIC; Identificação de infratores pela SIC com a definição de alvos prioritários na zona de ação do Comando Territorial; A Capacidade do SIIOP em possibilitar a partilha e difusão de Informações e a capacidade da aplicação SIG-SIRESP no que concerne ao apoio prestado na tomada de decisão e redução de tempos de intervenção.

No que diz respeito às afirmações que evidenciam uma correlação moderada destacam-se a variável 3 “Existe uma estrutura de comando periodicamente informada com a adequação em que a informação é disponibilizada, com a periodicidade das reuniões de nível tático e estratégico e com a capacidade da SOITRP. A variável 9 com a 10 demonstra uma correlação entre a existência de informações devidamente tratadas com a influência das mesmas quer na tomada de decisão do Comandante quer na realização de uma melhor gestão dos recursos disponíveis. Mais uma vez, a capacidade da SOITRP em produzir produtos informacionais mostrou uma correlação moderada com o facto da SIC identificar alvos prioritários à criminalidade e focalizar o seu esforço na investigação proativa orientada para crimes suscetíveis de resultarem detenções.

No subcapítulo 4.5, intitulado “parâmetros de aplicabilidade do modelo” foram elencados um conjunto de dez critérios de aplicabilidade do POI, os quais importa voltar a referenciar, uma vez que se procurou no questionário verificar a existência ou não de cada um. Desta forma, foram agrupadas as afirmações que procuraram verificar cada parâmetro. Para cada afirmação foi assinalado pela cor verde, vermelho e cor de laranja, os parâmetros

em que se verificou, não verificou e impossibilidade de verificar a sua existência, assim sendo, a tabela 28 procura verificar de forma resumida a presença de cada parâmetro

Tabela 28 - Análise da aplicabilidade do POI

	Parâmetros de aplicabilidade	Questões	Nível de Concordância
1	Existência de uma Estrutura de Comando e apoio informada.	3	C (50%)
		4	D (55%)
2	O POI é desenvolvido por toda a organização.	1	Divisão de opiniões
3	Integração do crime e da análise criminal.	7	C (78%)
		15	C (44%)
4	Identificação de focos de infratores e alvos prioritários.	17	C (58%)
		18	C (44%)
5	Formação adequada.	14	Divisão de opiniões
		16	Divisão de opiniões
6	Reuniões de nível tático e estratégico.	5	D (51%)
		6	C (47%)
7	Realização de investigação proativa, orientada para crimes suscetíveis de resultar em detenções.	19	Divisão de opiniões
8	Recolha de dados que suportem produtos de Informação de qualidade que influenciem a tomada de decisão.	8	C (47%)
9	Estrutura de gestão baseada nos produtos de informação.	7	C (78%)
		15	C (44%)
10	Uso adequado de ações de prevenção e fiscalização.	12	C (94%)
		13	C (92%)

Pelos dados apresentados pode corroborar-se que os parâmetros 3,4,8,9,10 verificaram-se tendo em consideração o grau de concordância dos inquiridos. Quanto aos parâmetros 1 e 6 obtiveram-se respostas contrárias. No parâmetro nº1, apesar de existir uma estrutura de Comando e apoio informada (Q.3 - C50%), o período em que é disponibilizada não se revela o mais oportuno (Q.4 - D55%). Quanto aos critérios 2, 5 e 7, face às respostas divididas pelos inquiridos não se consegue averiguar a verificação destes parâmetros.

Capítulo 8 - Conclusões e Recomendações

8.1. Introdução

O presente trabalho de investigação visa avaliar aplicabilidade do POI na GNR e identificar eventuais mais-valias com a sua implementação. Através, da relevância do tratamento das Informações no que diz respeito à tomada de decisão, à gestão de recursos e ao esforço de policiamento. Para tal analisaram-se conceitos fundamentais imprescindíveis à perfeita compreensão do POI. Elencaram-se conceitos alusivos às informações, efetuou-se a caracterização do modelo em causa e identificaram-se as TIC utilizadas pela GNR.

Como tal, após a realização da parte teórica, tornou-se imperativo apresentar, analisar e discutir os resultados provenientes do trabalho de campo realizado. Só assim é possível validar ou refutar as hipóteses levantadas no início da investigação.

Neste capítulo, procede-se à verificação de hipóteses, à resposta das perguntas que originaram a investigação e a alusão das reflexões finais. Por último, são descritas as limitações existentes na concretização deste trabalho e sugerido um conjunto de propostas para futuras investigações.

8.2. Verificação das Hipóteses

Chegado ao final do trabalho torna-se fundamental proceder à verificação das hipóteses inicialmente formuladas, a fim de concluir a sua validação ou refutação.

Face às perguntas que iniciaram o estudo surgem várias hipóteses:

Hipótese 1: O domínio das Informações influencia a tomada de decisão do Comandante. Esta hipótese foi totalmente verificada, uma vez que, como comprova os resultados obtidos à pergunta 9, a percentagem de concordância atingiu os 91%. Verificou-se uma média de aproximadamente 6, ou seja, Concordo Muito.

Hipótese 2: O domínio das Informações pressupõe uma melhor gestão dos recursos disponíveis. Também esta hipótese foi totalmente verificada. O domínio das Informações

pressupõe uma melhor gestão dos recursos materiais e humanos disponíveis. A percentagem de concordância situou-se nos 97%, como comprovado pelo valor obtido pela média (CM) e o baixo desvio padrão ($s = 0,89$) demonstrando claramente a pouca dispersão existente.

Hipótese 3: Existe uma ligação entre as Informações e o planeamento do policiamento.

Questionados sobre o facto do Comandante de Destacamento Territorial efetuar o planeamento do Policiamento, tendo em conta as Informações disponíveis, obtiveram-se 98% de respostas positivas a esta hipótese, ou seja, parece inequívoco que para os inquiridos é essencial que o Comandante de Destacamento Territorial efetue o planeamento do Policiamento tendo em consideração as Informações disponíveis.

Hipótese 4: O modelo estrutural do POI é compatível com a estrutura organizacional de um Comando Territorial.

A tabela 28 sistematiza os resultados que ajudam a validar ou refutar esta hipótese. Tendo em consideração, os dez parâmetros de aplicabilidade do POI e analisada a estrutura atual da GNR, assim como os resultados obtidos, poderá afirmar-se que, face aos parâmetros 3,4,8,9,10 se terem verificado, aos parâmetros 1 e 6 também se terem verificado, mas com alguma reserva e apenas os parâmetros 2,5,7 não se ter obtido resultados relevantes da sua verificação, conclui-se que a estrutura organizacional de um Comando Territorial é compatível com os princípios estruturais do POI, uma vez que os resultados obtidos apesar de não terem sido totalmente esclarecedores, revelam uma elevada potencialidade de aplicação.

8.3. Resposta à pergunta de partida e derivadas

No planeamento da investigação conceberam-se várias perguntas derivadas as quais importa dar resposta. Parece óbvio que as perguntas derivadas terão resposta através da verificação das Hipóteses correspondentes.

- **PD1:** “Qual a importância do tratamento da Informação no processo de tomada de decisão?” Como podemos observar através dos resultados obtidos no questionário, o domínio de informações devidamente tratadas influencia a tomada de decisão do Comandante.

- **PD2:** “Qual a importância do tratamento das Informações na gestão dos recursos disponíveis?” Mais uma vez, face à concordância demonstrada nos questionários, a posse de informações pressupõe uma melhor gestão dos recursos humanos e materiais.
- **PD3:** “Qual a importância que as Informações desempenham no planeamento do policiamento?” As informações desempenham um papel fundamental no planeamento do Policiamento. O Comandante de Destacamento Territorial realiza o esforço do policiamento tendo em consideração as Informações disponíveis.
- **PD4:** “Qual a compatibilidade do modelo do POI com a estrutura organizacional de um Comando Territorial?” A estrutura de um Comando Territorial é compatível com os princípios e parâmetros de aplicabilidade do POI elencados na parte teórica do trabalho.

A **pergunta de partida** é: Quais as vantagens da possível aplicabilidade do Policiamento orientado pelas Informações? Após terem sido dada resposta às perguntas derivadas, verifica-se que a aplicabilidade do POI apresenta inúmeras vantagens. Os princípios do modelo, sustentados pela análise e produção de Informações como foi demonstrado, traduzem-se para além da melhor gestão dos recursos materiais e humanos e da influência sobre o esforço do policiamento, numa importante ferramenta de apoio à tomada de decisão do Comandante.

8.4. Reflexões Finais

Foi possível, com este trabalho, verificar todos os objetivos delineados no início da investigação. Por um lado, avaliar a aplicabilidade do POI na GNR e, por outro, identificar as mais-valias do modelo.

O POI é um modelo de policiamento que apresenta inúmeras vantagens. Procurou-se através dos seus princípios avaliar a aplicabilidade dos mesmos na GNR. Através de toda análise realizada aos resultados obtidos pode concluir-se que, quanto a aplicabilidade do modelo à instituição: A GNR apresenta potencialidades de implementação do POI. A GNR possui uma Estrutura de Comando e Apoio devidamente informada, através de produtos de informação criados pela SOITRP, apesar do período em que é fornecida não se revelar o mais oportuno. Realiza integração do crime e de análise criminal, ou seja, tem a capacidade, através do órgão responsável pela área Informações no Comando Territorial, de produzir produtos Informacionais de qualidade. Face a uma estrutura de gestão baseada

nos produtos de Informação, o Comando Territorial, através dos seus Destacamentos Territoriais realizam ações de prevenção e fiscalização tendo em consideração as Informações disponíveis. Neste momento, tem a capacidade através da SIC de identificar focos de infratores e alvos prioritários de combate à criminalidade. De referir que, a GNR apresenta inúmeras potencialidades no que diz respeito às várias ferramentas tecnológicas existentes, como é o caso do SGO, SIIOP e SIG-SIRESP. Estas constituem-se um importante suporte ao processo de tomada de decisão e sustentam a base tecnológica necessária para a construção de uma cultura de recolha e difusão das Informações.

Pode-se concluir ainda, que existem áreas requerentes de uma atenção especial para que no futuro se provoquem melhorias em alguns domínios, de modo a potenciar as mais-valias apresentadas pelo modelo. A formação na área das Informações deverá constituir-se como uma aposta forte nos tempos próximos de todos os quadros orgânicos da instituição. Com especial cuidado para os elementos da SOITRP, e para os restantes militares através da sensibilização da importância da recolha de dados e notícias.

Estabelecendo-se a proatividade, em detrimento da reatividade, um dos princípios primordiais do modelo, a SIC deverá apostar na realização de investigação proativa, orientada para crimes suscetíveis de resultarem detenções. Tendo em consideração as limitações legais impostas pela lei, em especial a LOIC no que concerne às competências de investigação dos OPC.

Em suma, o funcionamento do POI sustentado no ciclo da produção das Informações, baseado em produtos de Informação de qualidade, para além de influenciar o planeamento do policiamento por parte dos Comandantes de Destacamento Territorial, revela-se uma mais-valia para a tomada de decisão do Comandante e para uma melhor gestão dos recursos disponíveis, que na atualidade, são cada vez mais escassos.

8.5. Limitações

O presente trabalho teve como principal limitação a ausência de bibliografia nacional face à novidade do tema no nosso país. O POI apesar de ser um modelo desenvolvido e estudado em outras polícias está só agora a ganhar preponderância nas FFSS portuguesas.

8.6. Investigações Futuras

Como investigações futuras sugere-se a realização de um estudo mais aprofundado de modo a poder verificar os parâmetros de aplicabilidade em que não foi possível verificar a sua existência face à divisão de opiniões demonstrada.

Estender o estudo do POI a outras unidades de cariz mais específico como a UAF e UCC.

Outro estudo que se revelaria pertinente seria a realização de um estudo sobre o impacto que o POI representaria em termos de poupança de meios materiais e humanos.

Uma outra investigação possível seria a realização de uma pesquisa acerca da formação prestada aos militares da GNR na área das informações, com especial interesse para aqueles militares que desempenhem funções nesta área como é o caso, dos elementos constituintes da SOITRP.

Referências Bibliográficas

- Academia Militar (2011). Norma de Execução Permanente n.º 520/DE, de 30 de junho de 2011.
- Alves, A. (2008). *Em busca de uma sociologia de polícia*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.
- Alves, A. (2010). *Introdução à Segurança*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.
- Assembleia da Republica. (2005). Lei Constitucional nº1/2005. *Diário da República*, 1.^a série -A — N.º 155 — 12 de agosto de 2005, pp.4642 - 4686.
- Assembleia da Republica. (2007). Lei nº63/2007. *Diário da República*, 1.^a série — N.º 213 — 6 de Novembro de 2007, pp.8043 - 8051.
- Assembleia da Republica. (2008). Lei nº53/2008. *Diário da República*, 1.^a série — N.º 167 — 29 de Agosto de 2008, pp.6135 - 6141.
- Assembleia da Republica. (2008). Decreto Regulamentar nº19/2008. *Diário da República*, 1.^a série — N.º 231 — 27 de Novembro de 2008, pp.8540 - 8546.
- Assembleia da Republica. (2008). Lei nº49/2008. *Diário da República*, 1.^a série — N.º 165 — 27 de Agosto de 2008, pp.6038- 6042.
- Assembleia da Republica. (2009). Lei nº73/2009. *Diário da República*, 1.^a série — N.º 155 — 12 de Agosto de 2009, pp.5217- 5220.
- Baraças, B. (2009). *Teoria e Modelos de Polícia e Ética Policial - Do Policiamento de Proximidade ao Policiamento Orientado pelas Informações*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Barrett, M. (2006,). *The Need for Intelligence-Led Policing*, Manhattan institute. Retirado: maio, 2, 2012, de http://www.manhattan-institute.org/pdf/DomPrepArticle_The_Need_For_Intel_Led_Policing.pdf

- Bureau of justice Assistance (1994). *Understanding Community Policing - A framework for Action*. USA: Bureau of Justice Assistance. Retirado: setembro, 6, 2012, de <https://www.ncjrs.gov/pdffiles/commpp.pdf>
- Carter, D. (2004). *Law Enforcement Intelligence: A guide for state, local, and tribal law enforcement agencies*. USA: Michigan State University - School of criminal Justice. Retirado: março, 12, 2013, de <http://www.cops.usdoj.gov/default.asp?Item=1404>
- Clemente, P. (2008). Informações e policiamento: conhecer e agir. *Polícia portuguesa*, pp.34-38.
- Diamond, D., & Weiss, D. (2009). *Advancing Community Policing Through Community Governance: A framework Document*. U.S.A.: Department of Justice - Department of Community Oriented Policing Services. Retirado: maio, 8, 2013, de http://www.cops.usdoj.gov/Publications/e050919202-AdvCommunityPolicing_final.pdf.
- Exército Português. (2009). *PDE 2-00 Informações, Contra-informação e Segurança*. Lisboa: Ministério da Defesa.
- Fuentes, J. (2006). *Practical guide to Intelligence-led Policing*. USA: New Jersey State Police. Retirado: setembro, 20, 2012, de http://www.njsp.org/divorg/invest/pdf/njsp_ilpguide.pdf.
- Guedes, J. (2010). O Sistema Integrado de Informações Operacionais Policiais - SIIOP. *Pela Lei e Pela Grei*, p.30-48.
- Hill, M., & Hill, A. (2012). *Investigação por questionário (2ªEd.)*. Lisboa: Edições sílabo.
- João, P. (2009). *Modelo preditivo da criminalidade*. Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de mestre, Universidade Nova de Lisboa - Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação. Retirado: março, 10, 2013, de <http://run.unl.pt/bitstream/10362/3424/1/TEGI0254.pdf>.
- Moleirinho, P. (2009). *Do Policiamento de Proximidade ao Policiamento Orientado pelas Informações*. Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de mestre, Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Direito.
- Nunes, J., & Jarmela, A. (2012). O SIG-SIRESP (GNR) Um Sistema de Comando e Controlo. *Pela Lei e Pela Grei*, p.76-77.

- Oliveira, J. (2006). *As políticas de Segurança e os modelos de Policiamento*. Lisboa: Almedina.
- Peterson, M. (2005). *Intelligence-led policing: the new Intelligence Architecture*. USA: U.S. Department of Justice of office of justice programs. Retirado: novembro, 13, 2012, de <https://www.ncjrs.gov/pdffiles1/bja/210681.pdf>.
- Ratcliffe, J. (2003). *Intelligence-led Policing - trends & issues*. USA: Australian Institute of Criminology. Retirado: maio, 2, 2012, de [http://www.jratcliffe.net/papers/Ratcliffe%20\(2003\)%20Intelligence%20led%20policing.pdf](http://www.jratcliffe.net/papers/Ratcliffe%20(2003)%20Intelligence%20led%20policing.pdf).
- Ratcliffe, J. (2008). *Intelligence-led Policing*. USA: Willan Publishing.
- Ratcliffe, J. (2010). *Intelligence-led Policing: Anticipating risk and influencing action*. Retirado: maio, 2, 2012, de [http://www.jratcliffe.net/papers/Ratcliffe%20\(draft\)%20ILP-Anticipating%20risk%20and%20influencing%20action.pdf](http://www.jratcliffe.net/papers/Ratcliffe%20(draft)%20ILP-Anticipating%20risk%20and%20influencing%20action.pdf).
- Sarmento, M. (2008). *Guia Prático sobre metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses de doutoramento, dissertações de mestrado e trabalhos de investigação Aplicada* (2ª Ed). Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Schreier, F. (2009). *Fighting the Pre-eminent Threats with Intelligence-led Operations*. Geneva: Geneva centre for the Democratic Control of Armed Forces.
- Teixeira, N. (2002). *Contributos para a Política de Segurança Interna*. Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Teixeira, N., Lourenço, N., & Piçarra, N. (2006). *Estudo para a reforma do modelo de Organização do Sistema de Segurança Interna, Relatório preliminar*. Instituto Português de Relações Internacionais, Retirado: abril, 12, 2012, de <http://www.ipri.pt/eventos/pdf/Estudo%20preliminar%20final.pdf>.

Apêndices

Apêndice A

Determinação da dimensão da amostra

Sarmento (2008, p.23) considera que, para se calcular uma amostra (n) aleatória simples, numa população finita (N), através da estimativa de uma proporção (p), mas garantindo um nível de confiança (λ) e um nível de erro (D), sendo ($Z_{\alpha/2}$) a norma estandardizada, deve utilizar-se a seguinte fórmula:

$$n = \frac{p \times (1-p)}{\frac{D^2}{\left(Z_{\alpha/2}\right)^2} + \frac{p \times (1-p)}{N}}$$

Figura 13 - Fórmula para cálculo de uma amostra numa população finita

O total da amostra foi calculado tendo em consideração o número de Comandos Territoriais de Portugal continental, ou seja 18. Partindo do princípio que existem em cada comando um Comandante de Unidade e um Chefe da SOITRP e um chefe da SIC, perfaz um número de 54 inquiridos. Somando aos 81 Destacamentos Territoriais, em funcionamento, obtém-se um total de $N=135$.

Aplicando-se a fórmula da figura 13, com um grau de confiança de 95% e um nível de erro de 5,6%, conclui-se que a amostra deve ser de 94 elementos.

Apêndice B

Inquéritos

B.1 Introdução

O inquérito por questionário foi elaborado na plataforma *surveymonkey*. Esta plataforma permite efetuar o *download* do questionário, tal como se apresenta nos apêndices seguintes. As versões quer do Questionário – Teste, quer do Questionário Final nada diferem do disponibilizado *online*, a não ser o suporte no qual é apresentado, que neste caso é em papel.

O questionário Teste foi enviado para elementos constituintes da amostra de forma a apurar eventuais erros e possíveis sugestões. O questionário final foi enviado para os Comandantes de Comando Territorial, Chefes da SOITRP, Chefes da SIC e Comandantes de Destacamento Territorial.

Para o envio do mesmo questionário utilizou-se o *e-mail* institucional, na qual se pedia a colaboração dos inquiridos para a participação neste estudo.

O referido *e-mail* enviado pela via institucional continha um *link* (<https://pt.surveymonkey.com/s/PoliciamentoOrientadopelasInformacoes>), que direcionava o inquirido para o sítio de preenchimento do inquérito.

B.2 Questionário Teste



Questionário Teste - A aplicabilidade do Policiamento Orientado pelas
<p>Introdução</p> <p>O presente questionário tem como objetivo realizar um pré-teste ao inquérito por questionário intitulado "A aplicabilidade do Policiamento Orientado pelas Informações".</p> <p>Este pré-teste visa a identificação de possíveis erros existentes, bem como a percepção dos inquiridos sobre possíveis dificuldades de interpretação das perguntas formuladas.</p> <p>Ao longo do questionário poderá sugerir alterações ou identificar possíveis melhorias à estrutura e perguntas do questionário.</p>
<p>Caraterização sociodemográfica</p> <p>Pretende-se neste grupo de perguntas obter a caraterização sociodemográfica do inquirido.</p> <p>* 1. Idade:</p> <input type="text"/> <p>* 2. Género:</p> <input type="text"/> <p>* 3. Habilitações literárias:</p> <input type="text"/> <p>* 4. Funções atuais:</p> <input type="text"/> <p>* 5. Posto:</p> <input type="text"/>
<p>De seguida será apresentado dois grupos, o primeiro grupo procura perceber o conhecimento sobre o modelo Intelligence-led Policing, na tradução livre para português, Policiamento Orientado pelas Informações.</p> <p>No segundo pretende-se identificar, eventuais, mais-valias e possível aplicabilidade do modelo na Guarda Nacional Republicana.</p> <p>Por favor, responda a todas as questões/afirmações, a sua opinião é fundamental para a realização deste estudo.</p>
<p>Grupo I - O Policiamento Orientado pelas Informações</p> <p>Pretende-se avaliar o seu grau de conhecimento sobre o Policiamento Orientado pelas Informações.</p> <p>* 6. Está familiarizado com o conceito Policiamento Orientado pelas Informações?</p> <p><input type="radio"/> Sim</p> <p><input type="radio"/> Não</p>



Questionário Teste - A aplicabilidade do Policiamento Orientado pelas

*** 6. Está familiarizado com o conceito Policiamento Orientado pelas Informações?**

- ☐ Sim
☐ Não

*** 7. Como classifica o seu conhecimento sobre o tema?**

- ☐ Extremamente conhecedor
☐ Muito conhecedor
☐ Moderadamente conhecedor
☐ Pouco conhecedor
☐ Nada conhecedor

*** 8. Como obteve conhecimento sobre o tema?**

- ☐ Internet ☐ Livros/Revistas ☐ GNR (Formação) ☐ Outra Instituição
☐ Outro (especifique)

9. Sentiu dificuldades de interpretação das perguntas?

- ☐ Sim
☐ Não

Se sim. Quais?

10. Verificou algum tipo de erro?

- ☐ Sim
☐ Não

Se sim. Quais?

11. Sugestões:

Grupo II - A aplicabilidade do Policiamento Orientado pelas Informaç–

Pretende-se neste grupo avaliar o seu grau de concordância com as 26 afirmações



Questionário Teste - A aplicabilidade do Policiamento Orientado pelas

apresentadas.

Para cada afirmação assinale o campo correspondente à resposta que melhor define a sua opinião:

*** 12. Aplicabilidade do Policiamento Orientado pelas Informações:**

	Discordo Totalmente	Discordo Muito	Discordo	Nem concordo Nem discordo	Concordo	Concordo Muito	Concordo Totalmente
1.O Policiamento Orientado pelas Informações é desenvolvido por toda a organização.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2.O Policiamento Orientado pelas Informações é desenvolvido, de forma fragmentada, em algumas unidades especializadas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3.Existe uma estrutura de Comando e Apoio periodicamente informada.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4.O período em que é disponibilizada a informação é adequado para o Comando e Chefia.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
5.Existem reuniões de nível tático periodicamente.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
6.Existem reuniões de nível estratégico periodicamente.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
7.O Comando Territorial possui uma estrutura de Informações.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
8.Existe uma cultura de recolha de notícias por parte dos militares.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
9.Os produtos de Informação influenciam a tomada de decisão do Comandante.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10.Com informações, devidamente tratadas, o comandante realiza uma melhor gestão dos recursos materiais e humanos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
11.O Comandante de Destacamento Territorial deve efetuar o planeamento do Policiamento, tendo em conta as informações disponíveis.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
12.São realizadas ações de prevenção tendo em conta as Informações disponíveis	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
13.São realizadas ações de fiscalização tendo em conta as informações disponíveis..	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
14.A formação na área das Informações foi	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



Questionário Teste - A aplicabilidade do Policiamento Orientado pelas

adequada para o desempenho da minha atividade diária.

15. Atualmente, a Secção de Operações Informações Treino e Relações Públicas (SOITRP) é capaz de produzir produtos informacionais de qualidade.

☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐

16. A SOITRP possui profissionais (analistas) com formação adequada na área das Informações.

☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐

17. A Secção de Investigação Criminal (SIC) identifica focos de infratores na zona de ação do Comando Territorial.

☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐

18. A SIC define alvos prioritários de combate à criminalidade.

☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐

19. A SIC focaliza o seu esforço na investigação proativa, orientada para crimes suscetíveis de resultarem detenções.

☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐

20. O Sistema Integrado de Informações Operacionais Policiais (SIIOP) é uma plataforma digital capaz de sustentar a partilha de informações pelo dispositivo.

☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐

21. O SIIOP é uma plataforma digital capaz de sustentar a difusão de informações pelo dispositivo.

☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐

22. O Sistema de Gestão Operacional (SGO) permite concretizar ações de planeamento, comando e controlo da atividade operacional.

☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐

23. O SGO permite trocas de informações em tempo real.

☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐

24. O SGO deverá alargar o seu âmbito de funcionalidades.

☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐

25. O SIG-SIRESP é uma ferramenta de apoio à tomada de decisão.

☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐

26. O SIG-SIRESP é uma aplicação que permite reduzir os tempos de intervenção.

☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐

**Questionário Teste - A aplicabilidade do Policiamento Orientado pelas****13. Sentiu dificuldades de interpretação das afirmações?**

- ☐ Sim
☐ Não

Se sim. Quais?

14. Verificou algum tipo de erro?

- ☐ Sim
☐ Não

Se sim. Quais?

15. Sugestões:**Perceção do inquérito por questionário****16. Como classifica o tempo despendido para o preenchimento do questionário?**

- ☐ Extremamente muito tempo
☐ Muito tempo
☐ Ligeiramente muito tempo
☐ Tempo adequado
☐ Ligeiramente pouco tempo
☐ Pouco tempo
☐ Extremamente pouco tempo

17. Como classifica visualmente o questionário?

- ☐ Extremamente atrativo
☐ Muito atrativo
☐ Moderadamente atrativo
☐ Pouco atrativo
☐ Nada atrativo

18. Sugestões:**Agradecimento**



Questionário Teste - A aplicabilidade do Policiamento Orientado pelas

Grato pela sua colaboração!

Com os melhores cumprimentos.

David Martins
Aspirante GNR Infantaria

Clique em "concluído" para finalizar.

B.3 Inquérito



A aplicabilidade do Policiamento Orientado pelas Informações

Introdução

O presente inquérito tem como objetivo recolher dados sobre a possível aplicabilidade do Policiamento Orientado pelas Informações na Guarda Nacional Republicana. Pretende-se que as respostas sejam dadas de acordo com a realidade presente do inquirido. Os dados recolhidos serão alvo de tratamento estatístico de forma global, estando salvaguardada a confidencialidade do respondente.

Caraterização sociodemográfica

Pretende-se neste grupo de perguntas obter a caraterização sociodemográfica do inquirido.

* 1. Idade:

* 2. Género:

* 3. Funções atuais:

* 4. Posto:

* 5. Habilitações literárias:

De seguida serão apresentados dois grupos, o primeiro grupo procura perceber o conhecimento sobre o denominado modelo de Policiamento Orientado pelas Informações, na tradução livre para português, de Intelligence-led Policing. No segundo pretende-se identificar, eventuais mais-valias e possível aplicabilidade do modelo na Guarda Nacional Republicana.

Por favor, responda a todas as questões/afirmações com o máximo de honestidade e rigor, a sua opinião é fundamental para a realização deste estudo.

Grupo I - O Policiamento Orientado pelas Informações

Pretende-se avaliar o seu grau de conhecimento sobre o Policiamento Orientado pelas Informações.

* 6. Está familiarizado com o conceito Policiamento Orientado pelas Informações?

- ☐ Sim
☐ Não



A aplicabilidade do Policiamento Orientado pelas Informações

*** 7. Como classifica o seu conhecimento sobre o tema?**

- ☐ Extremamente conhecedor
☐ Muito conhecedor
☐ Moderadamente conhecedor
☐ Pouco conhecedor
☐ Nada conhecedor

*** 8. Como obteve conhecimento sobre o tema?**

- ☐ Internet ☐ Livros/Revistas ☐ GNR (Formação) ☐ Outra Instituição
☐ Outro (especifique)

Grupo II - A aplicabilidade do Policiamento Orientado pelas Informaç&#...

Pretende-se neste grupo avaliar o seu grau de concordância com as 26 afirmações apresentadas.

Para cada afirmação assinale o campo correspondente à resposta que melhor define a sua opinião:



A aplicabilidade do Policiamento Orientado pelas Informações

* 9. Aplicabilidade do Policiamento Orientado pelas Informações:

	Discordo Totalmente	Discordo Muito	Discordo	Nem concordo Nem discordo	Concordo	Concordo Muito	Concordo Totalmente
1.O Policiamento Orientado pelas Informações é desenvolvido por toda a organização.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2.O Policiamento Orientado pelas Informações é desenvolvido de forma fragmentada em algumas unidades especializadas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3.Existe uma estrutura de Comando e Apoio periodicamente informada.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4.O período em que é disponibilizada a informação é adequado para o Comando e Chefia.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
5.Existem reuniões de nível estratégico periodicamente.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
6.Existem reuniões de nível tático periodicamente.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
7.O Comando Territorial possui uma estrutura de Informações.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
8.Existe uma cultura de recolha de notícias por parte dos militares.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
9.Os produtos de Informação influenciam a tomada de decisão do Comandante.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10.Com informações, devidamente tratadas, o comandante realiza uma melhor gestão dos recursos materiais e humanos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
11.O Comandante de Destacamento Territorial deve efetuar o planeamento do Policiamento, tendo em conta as informações disponíveis.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
12.São realizadas ações de prevenção tendo em conta as Informações disponíveis.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
13.São realizadas ações de fiscalização tendo em conta as informações disponíveis.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
14.A formação na área das Informações foi adequada para o desempenho da minha atividade diária.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
15.Atualmente, a Secção de Operações Informações Treino e Relações Públicas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



A aplicabilidade do Policiamento Orientado pelas Informações

(SOITRP) é capaz de produzir produtos
informacionais de qualidade.

16.A SOITRP possui profissionais (analistas)
com formação adequada na área das
Informações.

☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐

17.A Secção de Investigação Criminal (SIC)
identifica focos de infratores na zona de ação
do Comando Territorial.

☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐

18.A SIC define alvos prioritários de combate
à criminalidade.

☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐

19.A SIC focaliza o seu esforço na
investigação proativa, orientada para crimes
suscetíveis de resultarem detenções.

☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐

20.O Sistema Integrado de Informações
Operacionais Policiais (SIIOP) é uma
plataforma digital capaz de sustentar a
partilha de informações pelo dispositivo.

☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐

21.O SIIOP é uma plataforma digital capaz de
sustentar a difusão de informações pelo
dispositivo.

☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐

22. O Sistema de Gestão Operacional (SGO)
permite concretizar ações de planeamento,
comando e controlo da atividade operacional.

☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐

23. O SGO permite trocas de informações em
tempo real.

☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐

24. O SGO deverá alargar o seu âmbito de
funcionalidades.

☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐

25.O SIG-SIRESP é uma ferramenta de apoio
à tomada de decisão.

☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐

26.O SIG-SIRESP é uma aplicação que
permite reduzir os tempos de intervenção.

☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐

Agradecimento

Grato pela sua colaboração!

Com os melhores cumprimentos.

David Martins
Aspirante GNR Infantaria

Clique em "concluído" para finalizar.

B.4 Resultados – Caracterização dos inquiridos

B.4.1 Pergunta 1

Na Tabela 29 apresentam-se a frequência e a percentagem de respostas da pergunta nº1.

Tabela 29 - Frequência e percentagem de respostas à pergunta nº1

Níveis da escala	Frequência	Percentagem
>25	9	9,57%
25 - 29	18	19,15%
30 - 34	34	36,17%
35 - 40	11	11,70%
>40	22	23,40%
Total	94	100%

B.4.2 Pergunta 2

Na Tabela 30 apresentam-se a frequência e a percentagem de respostas da pergunta nº2.

Tabela 30 - Frequência e percentagem de respostas à pergunta nº2

Níveis da escala	Frequência	Percentagem
Masculino	90	95,74%
Feminino	4	4,26%
Total	94	100%

B.4.3 Pergunta 3

Na Tabela 31 apresentam-se a frequência e a percentagem de respostas da pergunta nº3.

Tabela 31 - Frequência e percentagem de respostas à pergunta nº3

Níveis da escala	Frequência	Percentagem
Comandante de Comando Territorial	6	6,38%
Chefe da SOITRP	9	9,57%
Chefe da SIC	12	12,77%
Comandante de Destacamento Territorial	67	71,28%
Total	94	100%

B.4.4 Pergunta 4

Na Tabela 32 apresentam-se a frequência e a percentagem de respostas da pergunta nº4.

Tabela 32 - Frequência e percentagem de respostas à pergunta nº4

Níveis da escala	Frequência	Percentagem
Coronel	5	5,32%
Tenente-coronel	16	17,02%
Major	2	2,13%
Capitão	47	50,00%
Tenente	6	6,38%
Alferes	18	19,15%
Total	94	100%

B.4.5 Pergunta 5

Na Tabela 33 apresentam-se a frequência e a percentagem de respostas da pergunta nº5.

Tabela 33 - Frequência e percentagem de respostas à pergunta nº5

Níveis da escala	Frequência	Percentagem
<=12º ano	6	6,38%
Bacharelato	2	2,13%
Licenciatura	53	56,38%
Mestrado	33	35,11%
Doutoramento	0	0,00%
Total	94	100%

B.5 Resultados – Caracterização das respostas dos inquiridos no grupo I do questionário

B.5.1 Pergunta 6

Na Tabela 34. apresentam-se a frequência e a percentagem de respostas da pergunta nº6.

Tabela 34 - Frequência e percentagem de respostas à pergunta nº6

Níveis da escala	Frequência	Percentagem
Sim	66	70,21%
Não	28	29,79%
Total	94	100,00%

B.5.2 Pergunta 7

Na Tabela 35 apresentam-se a frequência e a percentagem de respostas da pergunta nº7.

Tabela 35 - Frequência e percentagem de respostas à pergunta nº7

Níveis da escala	Frequência	Percentagem
Extremamente conhecedor	3	4,55%
Muito conhecedor	12	18,18%
Moderadamente conhecedor	42	63,64%
Pouco conhecedor	9	13,64%
Nada conhecedor	0	0,00%
Total	66	100,00%

B.5.3 Pergunta 8

Na Tabela 36 apresentam-se a frequência e a percentagem de respostas da pergunta nº8.

Tabela 36 - Frequência e percentagem de respostas à pergunta nº8

Níveis da escala	Frequência	Percentagem
Internet	14	21,21%
Livros e Revistas	25	37,88%
GNR (Formação)	48	72,73%
Outra instituição	8	12,12%
Outro	3	4,55%
Total	66	100,00%

B.6 Resultados – Caracterização das respostas dos inquiridos no grupo II do questionário

B.6.1 Teste Alfa de Cronbach

Apresentam-se na Tabela 37 o teste de Alfa de Cronbach às 26 afirmações.

Tabela 37 - Teste de Alfa de Cronbach

Coefficiente Alpha	Número de Afirmações
0,864	26

B.6.2 Resultados – Caracterização das médias das respostas dos inquiridos

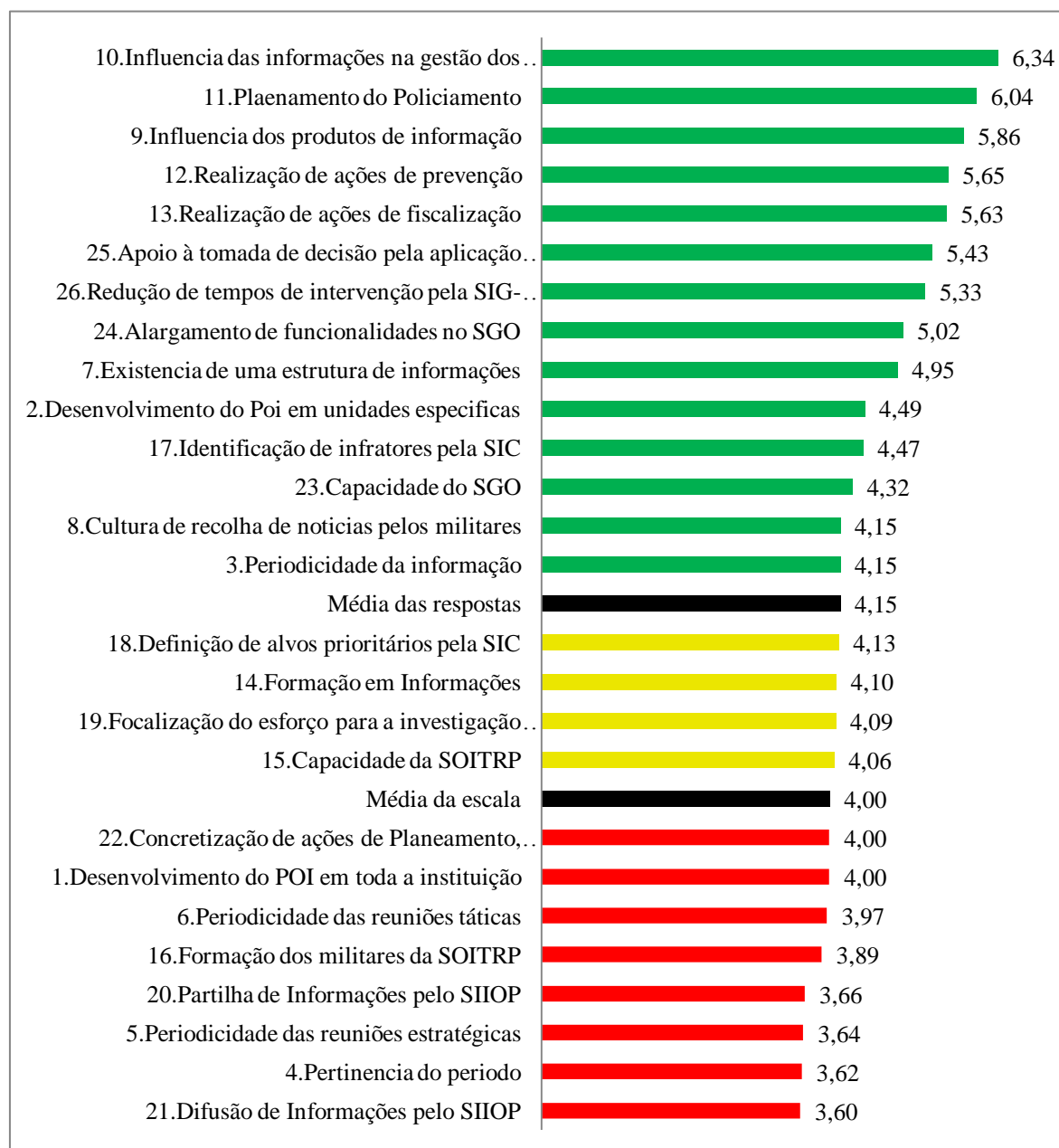


Figura 14 - Gráfico de perfis de todas as variáveis

	V1	V2	V3	V4	V5	V6	V7	V8	V9	V10	V11	V12	V13	V14	V15	V16	V17	V18	V19	V20	V21	V22	V23	V24	V25	V26
V1	1																									
V2	-,132	1																								
V3	,445**	,035	1																							
V4	,454**	,046	,687**	1																						
V5	,357**	,053	,542**	,561**	1																					
V6	,322**	,033	,524**	,443**	,557**	1																				
V7	,353**	,036	,536**	,395**	,293**	,309**	1																			
V8	,260*	,076	,323**	,351**	,227*	,243*	,379**	1																		
V9	,181	,198	,126	,201	,010	,053	,096	,108	1																	
V10	,119	,124	,128	,098	,038	,040	,240*	,068	,625**	1																
V11	,088	,066	,112	,111	-,081	,008	,031	,079	,396**	,451**	1															
V12	,120	,202	,162	,239*	,016	,075	,163	,195	,460**	,369**	,355**	1														
V13	,165	,245*	,158	,278**	,089	-,008	,111	,094	,478**	,391**	,261*	,774**	1													
V14	,215*	,028	,341**	,400**	,308**	,452**	,252*	,252*	,221*	,024	,302**	,238*	,114	1												
V15	,395**	,123	,629**	,588**	,342**	,402**	,544**	,306**	,261*	,187	,085	,276**	,290**	,419**	1											
V16	,166	,001	,390**	,365**	,400**	,278**	,363**	,302**	-,086	,035	-,012	,207*	,188	,273**	,466**	1										
V17	,244*	,033	,422**	,392**	,297**	,343**	,380**	,107	,319**	,250*	,098	,263*	,338**	,412**	,712**	,311**	1									
V18	,194	,165	,363**	,345**	,169	,276**	,337**	,141	,269**	,167	,182	,160	,228*	,358**	,627**	,166	,786**	1								
V19	,208*	,149	,414**	,361**	,207*	,169	,227*	,168	,241*	,019	,116	,144	,199	,294**	,553**	,218*	,666**	,803**	1							
V20	,106	,117	,057	,096	,149	,132	-,049	,074	-,034	,064	,002	,093	,038	,160	,101	-,032	,164	,135	,131	1						
V21	,115	,048	,064	,088	,104	,177	-,113	,003	-,146	-,067	-,071	,012	-,027	,196	,059	,035	,080	,032	,111	,842**	1					
V22	-,079	,172	,244*	,258*	,142	,125	,249*	,217*	,233*	,180	,035	,207*	,181	,252*	,279**	,249*	,184	,191	,219*	,270**	,228*	1				
V23	,021	,137	,161	,195	,072	,245*	,104	,202	,284**	,070	,047	,208*	,110	,389**	,224*	,033	,205*	,186	,197	,265**	,285**	,580**	1			
V24	,201	,039	,022	,129	-,034	,083	,125	,004	,200	,167	,079	,252*	,186	,041	,099	,037	,131	,091	,032	-,071	-,059	,092	,240*	1		
V25	,021	,246*	,145	,200	,047	,044	,122	-,011	,310**	,289**	,085	,111	,162	,076	,191	-,143	,228*	,241*	,112	,286**	,111	,216*	,163	,111	1	
V26	,000	,183	,173	,198	,066	,062	,067	-,052	,208*	,195	-,027	,081	,109	,079	,144	-,102	,176	,196	,102	,245*	,124	,204*	,234*	,064	,919**	1

Tabela 38 - Correlação linear de *Pearson* entre as variáveis

Apêndice C

Estrutura organizacional da GNR adaptada

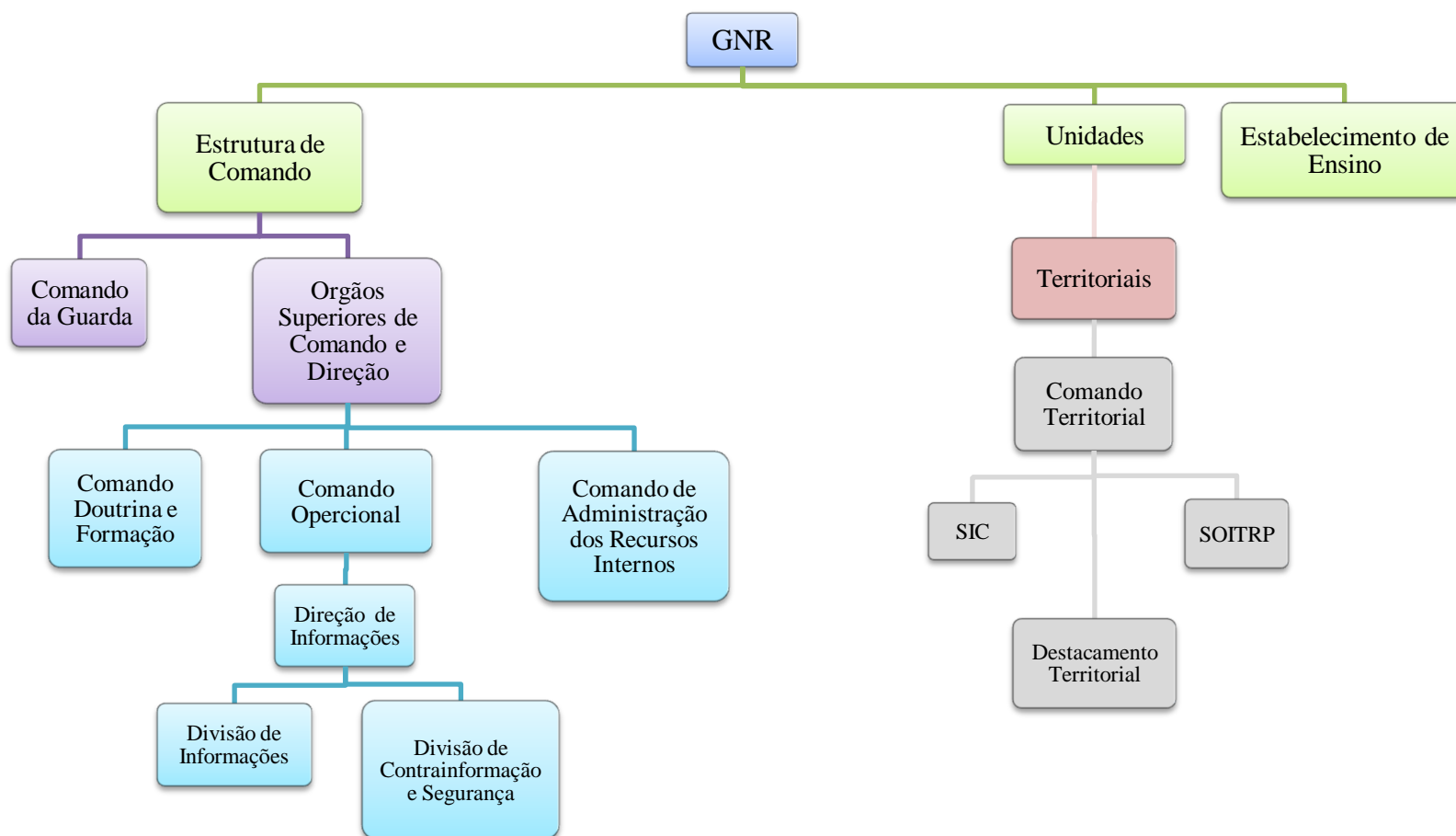


Figura 15 - Estrutura organizacional adaptada da GNR

Anexos

Anexo A

Lei n.º 53/2008 de 29 de Agosto

Lei de Segurança Interna

(...)

Artigo 1.º

Definição e fins da segurança interna

1 — A segurança interna é a actividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática.

2 — A actividade de segurança interna exerce -se nos termos da Constituição e da lei, designadamente da lei penal e processual penal, da lei quadro da política criminal, das leis sobre política criminal e das leis orgânicas das forças e dos serviços de segurança.

3 — As medidas previstas na presente lei destinam -se, em especial, a proteger a vida e a integridade das pessoas, a paz pública e a ordem democrática, designadamente contra o terrorismo, a criminalidade violenta ou altamente organizada, a sabotagem e a espionagem, a prevenir e reagir a acidentes graves ou catástrofes, a defender o ambiente e a preservar a saúde pública.

Anexo B

Lei n.º 48/2008 de 27 de Agosto Lei de Organização de Investigação Criminal

(...)

Artigo 10.º

Dever de cooperação

- 1 — Os órgãos de polícia criminal cooperam mutuamente no exercício das suas atribuições.
- 2 — Sem prejuízo do disposto no artigo 5.º, os órgãos de polícia criminal devem comunicar à entidade competente, no mais curto prazo, que não pode exceder vinte e quatro horas, os factos de que tenham conhecimento relativos à preparação e execução de crimes para cuja investigação não sejam competentes, apenas podendo praticar, até à sua intervenção, os actos cautelares e urgentes para obstar à sua consumação e assegurar os meios de prova.
- 3 — O número único de identificação do processo é atribuído pelo órgão de polícia criminal competente para a investigação.

Artigo 11.º

Sistema integrado de informação criminal

- 1 — O dever de cooperação previsto no artigo anterior é garantido, designadamente, por um sistema integrado de informação criminal que assegure a partilha de informações entre os órgãos de polícia criminal, de acordo com os princípios da necessidade e da competência, sem prejuízo dos regimes legais do segredo de justiça e do segredo de Estado.
- 2 — O acesso à informação através do sistema integrado de informação criminal é regulado por níveis de acesso, no âmbito de cada órgão de polícia criminal.
- 3 — As autoridades judiciais competentes podem, a todo o momento e relativamente aos processos de que sejam titulares, aceder à informação constante do sistema integrado de informação criminal.
- 4 — A partilha e o acesso à informação previstos nos números anteriores são regulados por lei.

Anexo C

Lei n.º 73/2009 de 12 de Agosto

Estabelece as condições e os procedimentos a aplicar para assegurar a interoperabilidade entre sistemas de informação dos órgãos de polícia criminal

(...)

Artigo 2.º

Plataforma para o intercâmbio de informação criminal

- 1 — É criada a plataforma para o intercâmbio de informação criminal por via eletrónica entre os órgãos de polícia criminal, adiante abreviadamente designada por plataforma.
- 2 — A plataforma tem por objetivo assegurar um elevado nível de segurança no intercâmbio de informação criminal entre os órgãos de polícia criminal, para efeitos de realização de acções de prevenção e investigação criminal, com vista ao reforço da prevenção e repressão criminal.

Artigo 3.º

Princípios

- 1 — Os sistemas de informação dos órgãos de polícia criminal são independentes uns dos outros e geridos por cada entidade competente de acordo com o quadro legal especificamente aplicável, devendo, todavia, ser adoptadas todas as medidas necessárias para assegurar a interoperabilidade regulada pela presente lei, com vista a possibilitar a partilha de informação através da plataforma.
- 2 — Os elementos dos órgãos de polícia criminal e as autoridades judiciais devidamente autorizados têm acesso a informação criminal contida nos sistemas de informação a que se refere o número anterior em relação às matérias que, cabendo no âmbito das respectivas atribuições e competências, tiverem, em cada caso, necessidade de conhecer.